

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL
PLAGEDER**

MIRIAN COIMBRA RODRIGUES

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL ATRAVÉS
DA AGRICULTURA FAMILIAR: O PAA
EM SÃO LOURENÇO DO SUL**

**SÃO LOURENÇO DO SUL/RS
2011**

MIRIAN COIMBRA RODRIGUES

**Segurança Alimentar e Nutricional através da Agricultura Familiar:
O PAA em São Lourenço do Sul**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientador: Professor Me. Irio Luiz Conti
Coorientador: Vicente Rahn Medaglia

**São Lourenço do Sul/RS
2011**

MIRIAN COIMBRA RODRIGUES

**Segurança Alimentar e Nutricional através da Agricultura Familiar:
O caso do PAA em São Lourenço do Sul**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Aprovado em Porto Alegre (RS), _____ de _____ de 2011.

Prof. Me. Irio Luiz Conti - orientador
UFRGS

Prof. Dra. Gabriela Coelho de Souza
UFRGS – PGDR/PLAGEDER

Prof. Me. Amanda Guareschi
UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO (UPF)

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa trata do fortalecimento dos agricultores familiares/pescadores artesanais e o acesso aos alimentos pelas pessoas em situação de insegurança alimentar, colaborando com a redução da pobreza e erradicação da fome através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em São Lourenço do Sul. A agricultura familiar é responsável pela produção de 70% dos alimentos agropecuários que estão diariamente na mesa dos brasileiros e a pesca artesanal é responsável por 60% da produção nacional, sendo esses dois segmentos produtivos que sobreviveram às margens das políticas públicas mais direcionadas à agricultura e à indústria de pesca de médio e grande porte. A partir da década de 90, há o reconhecimento da importância social e econômica dessas atividades como categorias produtivas pelo Estado. Diante da descapitalização das categorias produtivas, há a necessidade de implantar-se políticas públicas diferenciadas e direcionadas como o Pronaf, e, mais recentemente, uma estratégia de abastecimento do mercado institucional. O PAA é parte da estratégia Fome Zero (FZ), que visa implementar ações de segurança alimentar e nutricional, promovendo a inclusão social e econômica dos agricultores familiares/pescadores, o acesso aos alimentos pela população em situação de insegurança alimentar e a formação de estoques estratégicos do governo. Através desse mercado institucional, a agricultura familiar e a pesca artesanal geram trabalho e renda, dinamizando a economia local e a produção para o autoconsumo. O aporte público impulsiona novos mercados para os agricultores familiares/pescadores, proporcionando aos consumidores uma dieta diversificada e saudável.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar. Insegurança Alimentar. Programa de Aquisição de Alimentos.

ABSTRACT

The present research deals with the strengthening of farmers/fisherfolk and access to food for people facing food insecurity, helping to reduce poverty and eradicate hunger through the Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) in São Lourenço do Sul. Family farming is responsible for producing 70 % of agricultural foods daily that are the tables of Brazilian and fishing accounts for 60% of national production and these two production sectors that have survived on the margins of public policies directed to agriculture more and the fishing industry of medium and large. From the 90's, there is recognition of the importance of social and economic activities such as productive categories by state. Faced with the capitalization of the productive classes, there is a need to deploy differentiated public policies and as directed to special funding, and, more recently, a strategy of supplying the institutional market. The PAA is part of Fome Zero (FZ) strategy, which aims at implementing food safety and nutrition, promoting social and economic inclusion of family farmers/fishers, access to food by the population food insecure and the formation of strategic stocks of government. Through this institutional market, family farms and artisanal fisheries generate employment and income, stimulating the local economy and production for own consumption. The public input drives new markets for family farmers/ fishermen, providing consumers a varied and healthy diet.

Keyword: Family Farming. Food Insecurity. Programa de Aquisição de Alimentos.

LISTA DE SIGLAS

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
CAISAN - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CAPEC - Conselho Agropecuário de São Lourenço do Sul
CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CEPAGRI - Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores
CMA - Cúpula Mundial da Alimentação
CNSAN - Conferência Nacional em Segurança Alimentar e Nutricional
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar
COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar
COOPAR – Cooperativa Mista de Pequenos Produtores do Sul
COOPESCA – Cooperativa dos Pescadores Profissionais e Artesanais Pérola da Lagoa
CPR - Cédula de Produção Rural
DUDH - Direito Universal dos Direitos Humanos
DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar
FURG- Fundação Universidade de Rio Grande
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IDESE - Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
LOSAN - Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MESA - Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar
MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura
ONG - Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PIB - Programa Interno Bruto
PIDESC - Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PFZ - Programa Fome Zero
PGPAF - Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar
PGPM - Programa de Garantia de Preços Mínimos
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios
PNAN - Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAN - Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional
SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SESAN - Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1: Distribuição da população por tipo de SAN nos anos 2004 e 2009.....	17
Tabela 2.2: Síntese das modalidades do PAA, fonte de recursos, instituição executora e forma de acesso dos interessados.....	27
Tabela 3.1: Número de famílias beneficiárias atendidas pelo PAA no município.....	31
Tabela 4.1: Distribuição das famílias de agricultores familiares de acordo com as alternativas de comercialização.....	43

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	10
1.2 OBJETIVOS.....	11
1.3 JUSTIFICATIVA	11
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	13
2.1 ELEMENTOS DE FUNDAMENTAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	13
2.1.1 Surgimento do termo segurança alimentar	13
2.1.2 A emergência da agroecologia.....	14
2.1.3 Pobreza, fome, desnutrição e insegurança alimentar.....	15
2.1.4 Segurança alimentar e nutricional no Brasil.....	16
2.1.5 Debate atual sobre a segurança alimentar e nutricional.....	17
2.1.6 Direito humano à alimentação adequada.....	18
2.1.7 Lei orgânica em segurança alimentar e nutricional	20
2.1.8 Políticas públicas para a agricultura familiar.....	21
2.1.9 Política nacional de segurança alimentar e nutricional.....	24
2.1.10 Programa de aquisição de alimentos.....	26
2.1.11 Operacionalização da modalidade PAA Doação Simultânea.....	28
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	30
4. O PAA EM SÃO LOURENÇO DO SUL	33
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL	33
4.2 HISTÓRICO DO PAA NO MUNICÍPIO	36
4.3 O PAA NA VIDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E DOS BENEFICIÁRIOS	37
4.4 QUALIDADE, QUANTIDADE E REGULARIDADE NA OFERTA DOS PRODUTOS.....	37
4.5 PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS E DAS FAMÍLIAS DE PESCADORES E PRODUTORES DO PAA DOAÇÃO SIMULTÂNEA	39
4.5.1 Perfil das famílias beneficiárias.....	39
4.5.2 Perfil das famílias de pescadores e agricultores fornecedores de produtos ao PAA.....	41
4.6 IMPACTOS DO PAA NA VIDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES FORNECEDORES	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS.....	51
APÊNDICES	55

1 INTRODUÇÃO

A necessidade e o desejo de construir a monografia, cujo tema abrangesse a Segurança Alimentar e Nutricional, resultou na realização da pesquisa no município de São Lourenço do Sul com o intuito de compreender a contribuição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na modalidade Doação Simultânea implantado no município às famílias fornecedoras e às famílias consumidoras beneficiárias.

Torna-se relevante evidenciar neste trabalho a relação existente entre o público fornecedor de alimentos do programa, representado por agricultores familiares e pescadores artesanais¹. Segundo Wanderlei (1996) a agricultura familiar é um termo genérico que abrange uma diversidade de grupos sociais, dentre eles os agricultores familiares, os quilombolas, os indígenas, os assentados, os pescadores artesanais, entre outros, com possibilidades de inclusão econômica através do apoio da sociedade civil e do Estado para atender as demandas de produção. Dentro desse cenário cabe ressaltar a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais², sob a Lei 11.326/06, como política pública diferenciada e direcionada a públicos menos favorecidos em razão da rápida transformação industrial do modelo de desenvolvimento baseado na industrialização de insumos, de máquinas e de alimentos.

São Lourenço do Sul dispõe de recursos naturais favoráveis à produção de alimentos. De um lado, o Estuário da Laguna dos Patos, com grande potencial pesqueiro e, de outro, a grande área rural, com produção diversificada de produtos agropastoris. Segundo o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA, 2010), a produção de origem da pesca artesanal é responsável por 60% da produção nacional, enquanto que a agricultura familiar responde por 70% da oferta de alimentos presentes na mesa dos brasileiros diariamente.

¹ Os pescadores artesanais não possuem a propriedade da terra como os camponeses ou agricultores familiares. Eles utilizam, de forma coletiva, o espaço das águas como rios, lagoas e o mar, possuindo um conjunto de regras e de condutas com a coletividade para o seu uso. Os pescadores são donos de seus meios de produção, pois possuem os equipamentos necessários para pesca, como redes, barcos e motores, bem como, a força de trabalho são fornecidas pela família. Neste aspecto se assemelham às lógicas camponesas de gestão da unidade familiar, sendo também unidades de produção e de consumo (COTRIM; MIGUEL, s/d, p. 14).

² Para ver mais sobre a Lei 11326/06 acessar o site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm

Também visa mostrar o apoio de entidades da sociedade civil à promoção do desenvolvimento local e à superação da situação de vulnerabilidade alimentar das populações carentes.

Dentro de um conjunto de políticas públicas para assegurar a segurança alimentar e nutricional (SAN), o governo federal criou a partir de 2003, a estratégia Fome Zero (FZ) e a elaboração do Plano Safra da agricultura familiar, proposto pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e criado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Essa iniciativa teve o intuito de estabelecer ações estratégicas de erradicação da fome e da exclusão social. O PAA, inserido na política estruturante da estratégia Fome Zero, é um dos principais programas de SAN, implantados no município de São Lourenço do Sul com o apoio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e de entidades da sociedade civil. Isso representou um diferencial nas políticas agrícolas e setoriais, até então voltadas à agricultura convencional e indústrias pesqueiras de médio a grande porte.

O PAA visa garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade às populações em situação de insegurança alimentar e o fortalecimento da agricultura familiar através do mercado institucional, contribuindo para a inclusão social e econômica dos agricultores familiares e a comercialização no âmbito local, valorizando a economia agrícola e promovendo a cultura dos hábitos alimentares. Atendendo a esses dois eixos do FZ, as políticas públicas deixam de ser paliativas para tornarem-se permanentes e contínuas, visando a erradicação da fome e da exclusão social.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O cultivo do fumo tem disputado espaço com a produção de alimentos diversificados pelos agricultores familiares em São Lourenço do Sul. Desde a imigração de pomeranos e de alemães, em 1858, o município adotou a produção diversificada de alimentos para a subsistência e a venda do excedente, caracterizando a vocação agrícola do município, isto é, os alimentos diversificados de origem animal e vegetal. Em virtude dessa vocação agrícola e diante do questionamento sobre os efeitos nocivos do fumo à saúde dos agricultores e dos consumidores, a produção para o PAA poderia constituir-se numa alternativa de substituição gradativa à cultura do tabaco. Por outro lado, o município convive com pessoas em situação de insegurança alimentar que, conforme o Mapa de Pobreza e Desigualdade do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2003), a incidência de pobreza é de 23,92% da população.

Diante dessa realidade, este trabalho monográfico tem como problema de pesquisa: Como os agricultores familiares que produzem alimentos para o PAA e os consumidores desses alimentos têm recebido e percebido o Programa de Aquisição de Alimentos, através da modalidade de Doação Simultânea, no município de São Lourenço do Sul?

1.2 OBJETIVOS

A pesquisa tem o seguinte objetivo geral:

Compreender a contribuição do Programa de Aquisição de Alimentos para o fortalecimento da agricultura familiar e a segurança alimentar e nutricional das famílias em situação de vulnerabilidade alimentar em São Lourenço do Sul.

Para tanto, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar o atendimento dos critérios de qualidade, quantidade e regularidade na oferta dos produtos do PAA por parte dos agricultores familiares fornecedores;
- b) Identificar o perfil socioeconômico das famílias de agricultores familiares que participam do PAA e dos beneficiários que recebem alimentos do Programa através dos representantes das entidades socioassistenciais;
- c) Evidenciar os principais resultados que os agricultores familiares fornecedores de produtos ao PAA têm obtido e a influência do PAA na vida desses agricultores fornecedores em São Lourenço do Sul.

1.3 JUSTIFICATIVA

Este trabalho pode contribuir com os esforços de outros pesquisadores e estudiosos na produção de conhecimentos que subsidiem a concretização de políticas públicas de SAN, a exemplo do PAA, no município de São Lourenço do Sul, ao mesmo tempo em que se constitui em oportunidade de conhecer as políticas públicas voltadas à agricultura familiar e à segurança alimentar e nutricional em São Lourenço do Sul.

Foi assegurado recentemente pela Constituição Federal, o direito humano à alimentação adequada (DHAA), que visa à garantia do acesso permanente à alimentação de

qualidade e em quantidade suficiente. Dados do Censo Agropecuário de 2006 do IBGE (2009) revelam que a agricultura familiar é diretamente responsável pela segurança alimentar dos brasileiros, embora haja em torno 16,7 milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e na extrema pobreza, segundo Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD, 2008).

Diante dessa realidade, as políticas públicas de incentivo à produção e à comercialização têm sido direcionadas a essa parcela da sociedade com o objetivo de potencializar a sua produção e a sua comercialização, bem como a continuidade da produção de alimentos que abastece os mercados locais e regionais, além dos mercados institucionais.

Um grande desafio é promover o aumento da produção, principalmente aumentar a produção agroecológica, além de incentivar o jovem a permanecer no meio rural. Conforme Froehlich et al (2009) ocorre acentuado envelhecimento e masculinização da população do meio rural, os jovens estão saindo do meio rural, especializando-se em outras áreas, não se interessando pela produção de alimentos. Outro desafio é a criação de alternativas à cultura do tabaco que se sobressai no meio rural de São Lourenço do Sul. Para os agricultores familiares que produzem produtos agropecuários fica a oportunidade de comercializar a sua produção via mercados institucionais, feiras livres, pequenos mercados e vizinhança.

Essas são algumas razões que justificam a importância deste trabalho, que está dividido em quatro capítulos, além desta introdução. O segundo capítulo reúne alguns elementos de fundamentação que ajudam a compreender a relevância da segurança alimentar e nutricional no atual contexto brasileiro. O terceiro capítulo é constituído pela metodologia que orientou o desenvolvimento desta pesquisa. Já o quarto capítulo contempla a caracterização do município de São Lourenço do Sul, o histórico do PAA, especialmente através da modalidade de Doação Simultânea e a apresentação dos principais resultados da pesquisa, em estreita relação com os objetivos específicos expostos na introdução. E, finalmente, no quinto capítulo as considerações finais trazem alguns elementos de aprendizado sobre o próprio processo da pesquisa.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 ELEMENTOS DE FUNDAMENTAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

2.1.1 Surgimento do termo segurança alimentar

O termo “Segurança Alimentar” surgiu após o término da I Guerra Mundial e as principais discussões pairavam sobre a necessidade da constituição de estoques estratégicos de alimentos e a capacidade de auto-suprimento, preconizando a ideia de soberania alimentar³ (MALUF *et al*, 2000, p. 1).

De acordo com Belik (2003) *apud* Santos (2009, p. 2), a partir da II Guerra Mundial o conceito sobre segurança alimentar surgiu com novos enfoques baseados na qualidade, quantidade e regularidade dos alimentos. Naquela época a Europa encontrava-se desestruturada economicamente em função da guerra e a maioria das pessoas não tinha condições de produzir o seu próprio alimento. O mesmo autor destaca que a ideia de acesso aos alimentos é diferente de disponibilidade dos mesmos. Os alimentos estão disponíveis, mas não chegam até as camadas mais pobres, seja por problemas de renda, por conflitos internos, ação de monopólios ou desvios.

Conforme Conti (2009, p. 18), com as sucessivas crises econômicas que antecederam a II Guerra Mundial e após o término dessa, estabeleceu-se, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) em resposta às barbáries geradas pela guerra. Conforme o mesmo autor, nessa declaração, além de constar direitos humanos, econômicos, sociais e culturais, o direito humano à alimentação adequada (DHAA - art. 25) também foi contemplado.

A Organização das Nações Unidas (ONU), em suas deliberações, criou diversas agências - entre elas a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – 1940 (FAO).

Somente na década de 70 que a FAO promoveu, através da I Conferência Mundial de Segurança Alimentar, o incentivo a produção agrícola com o intuito de atender às demandas mundiais por alimentos em função do emergente aumento populacional no mundo,

³ Soberania alimentar é definida como o direito dos países definirem suas próprias de políticas de estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantem a alimentação para toda a população, respeitando a diversidade cultural dos povos (FORO MUNDIAL DE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001).

diminuindo a ênfase no direito humano à alimentação associado à segurança alimentar. Para Conti (2009), o aumento dos estoques mundiais de alimentos foi estimulada pela produção agrícola em escala, baseada na mecanização e no uso intensivo de produtos químicos e agrotóxicos, que se difundiu rapidamente nas décadas subsequentes. A esse processo, convencionou-se chamar de “Revolução Verde”, a fim de modernizar a agricultura, objetivando o fim da fome.

2.1.2 A emergência da agroecologia

O movimento ambientalista surge no final da década de 70 resultante de debates e de questionamentos sobre a implantação do modelo agrícola dominante voltado para a monocultura e para a exportação. Os questionamentos referiam-se às consequências que esse modelo traz como a concentração de terra e de renda, a degradação ambiental, migração rural-urbana, entre outras. Inicialmente, a participação do movimento ambientalista tinha caráter contestador do modelo agrícola implantado, tornando-se mais específico ao assumir metas estratégicas na agricultura que se autodenominou de agricultura alternativa (ECOVIDA, 2007, p. 7-8).

Durante a década de 80, e principalmente na década de 90, nasceram diversas ONGS ligadas ao campo no Sul do Brasil, destacando-se como papel principal a discussão e a implementação da produção agroecológica. A agroecologia passou a ser definida como:

Processo de produção de alimentos e produtos em conjunto com a natureza, onde os (as) agricultores (as) possam desenvolver suas atividades sem agredir o ambiente, tornando-se independentes dos “pacotes tecnológicos” com seus caros e degradantes insumos industriais, visando não somente as sobras financeiras, mas principalmente qualidade de vida. É a base para o desenvolvimento sustentável nos aspectos sociais, ambientais e econômicos, envolvendo as dimensões políticas, técnicas e culturais, em processos educativos e metodologicamente adequados, onde os (as) trabalhadores (as) assumem o protagonismo maior e aumentam seu poder de intervenção na sociedade, de forma organizada (CEPAGRI, 1998, p. 6).

Em meados da década de 90, surgiu um “novo mercado” vislumbrado pela agricultura alternativa que culminou na multiplicação de iniciativas práticas em torno da organização da produção e feiras agroecológicas, através de encontros regionais e nacionais.

Segundo o CAPA (2008), observou-se que os termos “agricultura alternativa” e “pequenos produtores”, ao longo deste período, evoluíram para “agroecologia” e “agricultura familiar”, fatos que contribuíram para ampliar a visão das potencialidades do setor.

No final da década de 90, diante das perspectivas mercadológicas de alimentos ecológicos, as organizações envolvidas sofreram pressão pela regulamentação e especialmente a certificação. Em 1998, essas iniciativas concretizaram-se na criação da Rede Ecovida de Agroecologia, em consequência do movimento agroecológico no Sul do Brasil, e se organizaram nos três estados do sul do Brasil e do sul de São Paulo.

2.1.3 Pobreza, fome, desnutrição e insegurança alimentar

Conforme Conti (2009, p. 15) há dois tipos de pobreza no Brasil: a pobreza absoluta e a pobreza relativa. A pobreza absoluta existe quando há falta ou insuficiência de renda para a satisfação das necessidades básicas como a alimentação, a saúde, a habitação, o vestuário, a educação e a segurança para se ter uma vida digna. E a pobreza relativa onde o nível de vida da população no geral é bom ou ótimo, mas há existência de pobres, o que revela a concentração de renda e latifúndios, existindo uma visão distorcida da realidade. Outro fator determinante, além da insuficiência de renda e fatores estruturais e históricos, é a relação destes com o baixo índice de escolaridade. Fatores que se relacionam e dependem um do outro para a eficácia dos programas sociais. Segundo Monteiro:

Um indivíduo, ou toda uma sociedade, poderá estar livre da fome e ainda assim ser pobre, bastando que sua pobreza se expresse através do não-acesso à educação e a cuidados de saúde, de condições insalubres de moradia ou através de outras carências materiais igualmente importantes (MONTEIRO, 1995, p. 195).

Contribuindo com o tema, Mattei complementa:

Para tanto, o enfrentamento da pobreza deve ser entendido como um processo de promoção de cidadania e de democratização da sociedade, a começar pelo acesso a um dos bens mais sagrados do ser humano que é o direito de se alimentar dignamente (MATTEI, 2007, p. 2).

Para Conti (2009, p. 15), a fome é definida como um “conjunto de sensações provocadas pela privação de nutrientes que incitam a pessoa a procurar os alimentos e que cessam com a sua ingestão”. Ainda, conforme esse autor, Josué de Castro em 1946 já denunciava que a fome epidêmica e endêmica não resultava de problemas naturais, climáticos ou relacionados com baixa fertilidade do solo. A denominação de fome “oculta” foi dada por Josué de Castro e corresponde à fome crônica, estado no qual o indivíduo encontra-se com desnutrição ou com subnutrição. De acordo com Monteiro (1995) *apud* Maluf (2006, p. 6), algumas doenças também podem comprometer o aproveitamento biológico dos alimentos.

De acordo com Monteiro (1995, p. 195), a desnutrição ocorre quando os indivíduos apresentam sinais clínicos ocasionados pela dieta inadequada tanto de energia (quantitativa) como de nutrientes (qualitativa) ou se originam de doenças em que os alimentos ingeridos são mal aproveitados pelo organismo. Geralmente a subnutrição está associada à fome e à pobreza, mas o que existe no Brasil são pessoas subnutridas e outras pessoas de diferentes camadas sociais são mal nutridas por se alimentarem de forma errada. Segundo PNAD (2008), os dados disponíveis revelam que 43% da população brasileira têm sobrepeso e 16% desses, são obesos. Enquanto que nas regiões Norte e Nordeste ainda há altos índices de desnutrição, no Sul e Sudeste, muitas pessoas são mal nutridas, isto é, ingerem inadequadamente alimentos sem ou com pouco valor nutricional e altamente calórico, provocando doenças como diabetes, hipertensão, afecções cardíacas etc. De acordo com o IBGE (2009), a população está distribuída conforme o tipo de segurança alimentar.

Segundo Conti (2009, p. 16), a insegurança alimentar e nutricional, classifica-se em três níveis: a leve, a moderada e a grave. A insegurança alimentar e nutricional leve caracteriza-se pela preocupação da família em não conseguir alimentação no futuro. A insegurança alimentar e nutricional moderada é quando a família vai economizando a quantidade e variedade dos alimentos até ocorrer a próxima remuneração, a próxima sacola de alimentos ou o auxílio de programas sociais como o benefício Bolsa Família. A insegurança alimentar e nutricional grave é quando uma pessoa ou família passa fome.

2.1.4 Segurança alimentar e nutricional no Brasil

Nos debates sobre a SAN, por um lado há o reconhecimento social da importância da agricultura familiar como promotora do desenvolvimento rural, alimentação diversificada e saudável, respeito aos recursos naturais, aos hábitos alimentares etc. Todo esse esforço é

resultante da sociedade civil organizada e do Estado, que juntos contribuíram através da formulação de políticas públicas para mudar a realidade da insegurança alimentar e nutricional no Brasil, mesmo que de forma gradativa (CONTI, 2009). De outro lado, a pobreza, a fome e a desnutrição mostravam a realidade do Brasil na década de 90, com mais de 30 milhões de famintos, principalmente nas zonas rurais brasileiras, com índices ainda maiores no Norte e Nordeste rural brasileiro (MONTEIRO, 1995).

Tabela 2.1: Distribuição da população por tipo de SAN nos anos 2004 e 2009.

Tipo SAN	POPULAÇÃO 2004		POPULAÇÃO 2009	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
C/ S.A.	109,2 mi	60,1	126,1mi	65,8
C/ I.A.	72,3 mi	39,8	65,5 mi	34,2
IA leve	36,9 mi	20,3	40,1 mi	20,9
IA moderada	20,6 mi	11,3	14,3 mi	7,4
IA grave	14,8 mi	8,2	11,2 mi	5,8

Fonte: IBGE 2004/09 para S.A leia-se Segurança Alimentar e I.A. Insegurança Alimentar.

Os dados apresentados mostram a queda dos números absolutos como os relativos da população com Insegurança Alimentar, respectivamente de 6,8 milhões e 5,6%. Observa-se também que a insegurança alimentar moderada e grave apresentaram reduções percentuais respectivamente de 3,9% e 2,4% de 2004 para 2009. Baseado nesses dados, o Brasil mantém a meta de reduzir pela metade o número de pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar até 2015. A meta já é considerada atingida no Brasil, no Chile, no Equador e no México, estabelecida pela Cúpula Mundial de Alimentação (CMA).

2.1.5 Debate atual sobre a segurança alimentar e nutricional

De acordo com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2010), devido à emergência das crises: alimentar, energética e ambiental, que ocorre a nível nacional e internacionalmente, é de extrema importância a formulação e a implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), que está enunciada na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) n. 11346/06.

A referida Lei Orgânica expressa a natureza da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como objetivo estratégico a ser buscado com ações e políticas públicas permanentes e inter-setoriais, orientadas pelos princípios da soberania alimentar e do direito humano à alimentação adequada (CONSEA, 2010).

O diagnóstico do CONSEA (2010) indica que as quatro crises estão inter-relacionadas e que a crise econômica contribuiu para limitar o acesso aos alimentos pelos mais pobres e para o aumento de famintos no mundo em 2009, ultrapassando um bilhão de pessoas. Sendo a maior parte das pessoas habitantes dos países da Ásia, da África e em menor parte da América Latina e Caribe.

Segundo a mesma fonte, o Brasil, que recentemente passou pela liberalização e desregulamentação econômicas, opta por um novo padrão de desenvolvimento utilizando instrumentos de regulação dos mercados agro-alimentares. Somado a esse quadro, encontra-se uma população com deficiência nutricional epidêmica em camadas sociais vulnerabilizadas ou não, sobressaem-se a obesidade e as doenças afins que atingem diversos estratos sociais, inclusive os de baixa renda. A carência nutricional está relacionada ao perfil alimentar globalizante, ou seja, oferta de alimentos de baixo custo, com muitos aditivos e ausência de valores nutricionais para os seres humanos.

Há a necessidade de articular um conjunto de ações e de programas abrangendo as áreas que envolvem a SAN, efetivando a PNSAN. Integram o avanço das políticas públicas de combate a pobreza, além da transferência de renda como o Programa Bolsa Família, o PAA, que é um exemplo de construção de política pública inter-setorial, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O maior desafio do milênio é atender a demanda por alimentos diante da perspectiva de aumento da população mundial. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA, 2010), o Brasil tem aumentado gradativamente a produção acima do consumo, criando superávits importantes no setor. Os resultados são frutos de uma longa jornada de lutas sociais e do reconhecimento pelo Estado brasileiro da importância sócio-econômica da agricultura familiar.

2.1.6 Direito humano à alimentação adequada

O direito humano à alimentação adequada (DHAA) é um dever do Estado de assegurar a todos condições de produzir ou ter acesso a uma alimentação nutritiva e saudável.

Desde o fim da II Guerra Mundial, a mobilização dos movimentos sociais e das organizações em relação aos direitos humanos, foi baseada nas relações de justiça e paz contra a violação dos direitos humanos. Dessa forma, surgiu a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), em 10 de dezembro de 1948. Cabe destacar que a ONU surgiu baseada na Declaração da Revolução Francesa (1789), que contempla os princípios da igualdade, liberdade e fraternidade, conforme (GOMES, 2009). Na DUDH consta um conjunto de direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais, que de forma articulada, garantem que todas as pessoas tenham uma vida digna e equânime.

O DHAA está presente na DUDH desde 1948 e sua definição foi ampliada pela ONU em 1966, com a promulgação do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), que obriga os Estados-membros a cumprirem as obrigações de respeitar, de proteger e de promover o DHAA. Essas obrigações fizeram crescer os debates em torno desse tema e foi preciso avançar na sua efetivação e operacionalização do DHAA. Em 1999 o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU aprovou o Comentário Geral número 12 que define o DHAA:

O direito à alimentação adequada realiza-se quando cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção. O direito à alimentação adequada não deverá, portanto, ser interpretado num sentido estrito ou restritivo que equaciona em termos de um pacote mínimo de calorias, proteínas e outros nutrientes específicos. O direito à alimentação adequada deverá ser resolvido de maneira progressiva. No entanto, os estados têm a obrigação precípua de implementar as ações necessárias para mitigar ou aliviar a fome, como estipulado no parágrafo 2 do artigo 11, mesmo em épocas de desastres, naturais ou não (CG nº 12, parágrafo 6º).

O Brasil somente aderiu ao PIDESC em 12/12/1991 (BRASIL, 2005). O DHAA foi incorporado na Constituição Federal em 05 de fevereiro de 2010 no artigo 6º (BRASIL, 2010), “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” Segundo Conti (2009, p. 24), os Estados brasileiros têm a obrigação de criar condições para a efetivação do DHAA, implementando um conjunto de políticas públicas que garantam a realização desse direito de forma progressiva.

2.1.7 Lei orgânica em segurança alimentar e nutricional

A II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN, 2004) deliberou “instituir um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SISAN), garantindo a regulamentação das políticas em SAN como política pública integral, com Lei Orgânica e orçamento próprio”. Em 2006 o presidente da República sancionou a Lei 11.346/2006 chamada de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN).

A Lei incorpora o acúmulo de debates ocorridos ao longo das últimas décadas. No parágrafo 3º da Lei é afirmado que:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável (BRASIL, 2006).

A mesma Lei incorpora os princípios dos instrumentos internacionais referidos anteriormente ao afirmar que:

A alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, inerente a dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e as ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população (BRASIL, 2006).

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) visa assegurar o DHAA através do poder público representado pelas três esferas e com grande participação da sociedade civil organizada, formulando um conjunto de ações que garantam a realização do DHAA e da SAN para os diferentes segmentos da população. A Lei diz que:

A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional da população far-se-á por meio do SISAN, integrado por um conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelas instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, afetas à segurança alimentar e nutricional e que manifestem interesse em integrar o sistema, respeitado a legislação aplicável (BRASIL, 2006).

2.1.8 Políticas públicas para a agricultura familiar

Evidencia-se que o termo “agricultura familiar”, abrange outros grupos sociais, dentre eles os pescadores artesanais, explicado na introdução deste trabalho.

A trajetória histórica e cultural da agricultura familiar remete às décadas de 60-70, quando começou a rápida transformação tecnológica industrial. Na agricultura, essa transformação se deu com as tecnologias de mecanização e a produção de insumos químicos para aumento da produtividade de produtos agrícolas e, na pesca, com o forte estímulo à industrialização do setor, desde a captura até o beneficiamento. Os impactos do modelo industrial implantado tiveram como consequência, a exaustão dos recursos naturais provocada pela agricultura intensiva e pela captura de espécies marinhas muito maiores do que a própria capacidade de renovação dos estoques naturais de pescado.

Assim como na agricultura, a natureza é o meio de trabalho dos pescadores artesanais que, para extrair dela as condições objetivas de sua reprodução social, desenvolveram e seguem desenvolvendo os mais variados sistemas técnicos de captura das diferentes espécies de pescado (PASQUOTTO; MIGUEL, 2004, p. 2).

Os estudos de Souza e Pit (2006, p. 3) demonstraram que o desenvolvimento industrial da pesca a partir da década de 70, teve, a princípio um crescimento no volume de produção destinado ao mercado externo e, no decorrer das décadas seguintes, esses volumes diminuiram. Segundo Pasquotto e Miguel (2004, p. 3) “elevou, em muitos casos, o esforço da pesca a níveis superiores à capacidade de renovação dos estoques naturais de pescado”.

Dados recentes do Projeto Estudo-Técnico Econômicos da Pesca Artesanal no Estuário da Laguna dos Patos, entre Fundação Universidade de Rio Grande (FURG) e FAO (AGORA O Jornal do Sul, 2011), apontam que o número de pescadores artesanais corresponde a 3.325, bem inferior às informações que circulavam no Sul do Estado em torno de 15 mil, segundo Kalikoski (2011). Em relação à renda dos pescadores artesanais, o estudo

mostra que 50% deles recebem um salário mínimo e na ocorrência de safra ruim, esse percentual sobe para 90%, segundo Vasconcelos (2011). Os pesquisadores acreditam que a redução dos estoques pesqueiros no estuário seja a causa principal da condição socioeconômica dos pescadores artesanais. Kalikoski (2011) afirma que os benefícios como PBF e Seguro Desemprego para manutenção dos lares “São chaves para não migrarem para a área de pobreza”. Ainda segundo a pesquisadora o número de dependentes da pesca ultrapassa em pouco o número de pescadores artesanais, cerca de 3.974, “foi muito surpreendente, pois indica que provavelmente os filhos desses pescadores não estão indo para a pesca”.

De acordo com MDA (2010) o meio rural era considerado atrasado, pobre e no máximo agricultura de subsistência. As políticas agrícolas de crédito subsidiado eram destinadas à agricultura produtiva, responsável por divisas e por alimentos, das grandes propriedades mecanizadas e monoculturas de exportação. A soma das políticas agrícolas excludentes à concentração fundiária resultou no empobrecimento dos pequenos e médios produtores rurais e conseqüentemente a migração rural-urbana. Segundo Conti e Magri (2008), a partir de 1990 a agricultura familiar começa a ser compreendida como categoria econômica e social. Para promover o seu fortalecimento, o governo cria a Lei 11326/06 que estabelece a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, demonstrando a importância socioeconômica do setor e atendendo às reivindicações das representações da Agricultura Familiar e dos movimentos sociais. Para Bianchini:

A agricultura familiar enquanto sujeito do desenvolvimento ainda está em processo de consolidação. O seu fortalecimento e valorização dependem de um conjunto de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que necessitam ser implementados de uma forma articulada por uma diversidade de atores e instrumentos (BIANCHINI, 2006, p. 236).

Segundo Müller (2007, p. 12), a mudança de rumo do enfoque das políticas públicas se deu com ações de intervenção na estrutura fundiária e reassentamentos de agricultores, extensão dos direitos previdenciários, como a aposentadoria rural, e chega à agricultura familiar com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF, 1996), o Seguro Desemprego⁴, o seguro agrícola, a nova lei da Assistência Técnica e

⁴ Para ter acesso ao Seguro Desemprego, segundo a Lei nº 10.779 de 25 de novembro de 2003 o pescador artesanal que: “exerceu a atividade em caráter ininterrupto entre a paralisação anterior (defeso) e aquela em curso”.

Extensão Rural (ATER, 2009), o Programa de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar (PGPAF), os Territórios da Cidadania (2008) criados para promover o desenvolvimento de regiões com baixo dinamismo econômico. De acordo com Tonneau e Sabourin (2007, p. 284) as dinâmicas locais são processos de mudança em nível local podendo envolver agentes econômicos, grupos e movimentos sociais, sociedade civil e as suas organizações, instâncias político-administrativas locais, entre outros. E, em 2003, a estratégia do Fome Zero, que segundo Pies (2006) a agricultura familiar não deixou de ser a mais importante fonte de produção de alimentos que desenvolve a economia local. Para esse autor, a questão da insegurança alimentar não está associada à escassez, mas pode estar relacionada ao padrão de desenvolvimento agrícola e alimentar das últimas décadas.

As políticas públicas para a agricultura limitavam-se à difusão do modelo tecnológico da agricultura através do crédito, assistência técnica (EMATER), pesquisa (EMBRAPA) e estabilização dos preços com o Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). A formulação das políticas públicas para a agricultura familiar é tema recente e inovador no Brasil e tem o intuito de promover a inclusão social e econômica desse setor, a princípio para o atendimento da PNSAN.

No âmbito das políticas públicas recentes, o PAA inscreve-se em um campo de ação que é demarcado, de um lado pelas ações da política agrícola de formação de estoques e compra de produtos agrícolas, realizadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), e, de outro, pelas iniciativas do Programa Fome Zero que buscam ampliar o acesso aos alimentos através de mecanismos de subvenção às compras e redistribuição às entidades que trabalham com populações em situação de risco ou de vulnerabilidade alimentar e social (MÜLLER, *et al*, 2010, p. 1).

De acordo com Müller (2007), o debate sobre a relação abastecimento, segurança alimentar e agricultura familiar vinha sendo discutida entre pesquisadores, políticos e com pouca participação dos movimentos sociais, desde a década de 80. Esses debates foram dando forma às políticas agrícolas diferenciadas como o PRONAF e mais tarde com a estratégia Fome Zero, em 2003. Ainda conforme a autora:

A relação do PAA com o Programa Fome Zero é de dependência com relação à estrutura do governo que possibilitou a emergência do programa para a agricultura familiar e o ambiente institucional que possibilitou os debates em torno do Programa e seu amadurecimento (MÜLLER, 2007, p. 117).

Segundo Zimmermann (2007), as avaliações do PAA indicam um programa inovador porque tem atuado na alteração da matriz produtiva dos agricultores familiares, favorecendo o consumo pelas famílias menos capitalizadas. Outros benefícios indiretos são referidos pela autora como a recuperação dos preços pagos aos agricultores e a organização e o planejamento na oferta de produtos pelas entidades que representam os agricultores familiares/pescadores. Segundo ela o PAA trabalha numa abordagem não-assistencialista, colaborando com a economia local, o aumento de renda e a qualidade na produção e auto-consumo. A autora concorda com os impactos positivos gerados pelo PAA:

Os agricultores familiares beneficiários do PAA possuem receitas de comercialização dos produtos quase três vezes superiores às dos não-beneficiários, e há grande satisfação com os preços pagos aos produtos (ZIMMERMANN, 2007).

Para D'Avila e Roversi (2010, p. 29-30), a compra governamental através do PAA adquire produtos da agricultura familiar/pesca garantindo uma renda mensal e destino da produção, associando políticas agrícolas às políticas sociais em SAN.

2.1.9 Política nacional de segurança alimentar e nutricional

Segundo Conti (2009), o processo de construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) é recente no Brasil e está sendo conquistado através da mobilização da sociedade civil e da intervenção do Estado. De acordo com Costa e Pascal (2006), é pertinente destacar que apesar dos avanços de colocar a questão da fome na agenda pública dos governos, os resultados de redução da pobreza ainda são tímidos frente à dimensão do problema e dos desafios a serem enfrentados pela PNSAN. Historicamente, esses desafios representam os entraves em que as políticas sociais são submetidas às políticas econômicas.

Para o entendimento da PNSAN, torna-se necessária a apresentação da retrospectiva das ações mais recentes que tiveram êxito a partir década de 90.

Durante o governo de Collor, a organização social do Movimento pela Ética na Política encaminhou uma proposta de política nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, liderada

pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho). No entanto, essa proposta não foi aceita por aquele governo. Após o *impeachment* de Collor, em 1992, foi desencadeado pelo Movimento pela Ética e Cidadania, o movimento social articulado “Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e Pela Vida”, focalizado no problema da fome (CONTI, 2009).

Segundo Mattei (2007), a campanha conseguiu formar milhares de comitês em todos os recantos do país, debatendo-se os temas da solidariedade, da ética, do resgate da cidadania, da exclusão social e da fome, com a criação do CONSEA, durante o governo de Itamar Franco.

Uma nova proposta de Política Nacional de SAN foi apresentada no governo de Itamar Franco, em 1993, juntamente com o Mapa da Fome no Brasil que constatou que mais de 30 milhões de brasileiros passavam fome e o CONSEA foi criado com a participação de 8 ministros de Estado e 21 representantes da sociedade civil (CONTI, 2009).

Segundo o mesmo autor, em 1994, foi realizado a I CNSAN, em Brasília, onde foram debatidas as causas da fome como sendo a concentração de renda e de terras, e essas causas somente poderiam ser sanadas com medidas estruturais de redistribuição de renda. No ano seguinte, em 1995, ao assumir o governo, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, extinguiu o CONSEA e criou o Programa Comunidade Solidária para tratar das demandas sociais, entre elas, as relacionadas com a segurança alimentar e nutricional. Em 1999, o Ministério da Saúde aprovou a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) onde foram previstas diversas ações para que o Estado reconhecesse o DHAA, presente nos tratados e instrumentos internacionais.

Segundo Costa e Pascal (2006) “foi intensa a participação da sociedade civil nesse período na elaboração conceitual sobre o tema, mobilização e implementação de projetos e ações locais através de encontros estaduais e nacionais”. Em 2003, teve início a estratégia FZ no governo de Luis Inácio Lula da Silva onde se iniciou o processo de construção da PNSAN, como prioridade na agenda pública do governo. Conforme Conti (2009), inicialmente foi criado o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA) para atender as demandas dos programas nessa área que se transformou em Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), em 2004. Nesse ano, ocorreu a II CNSAN em Olinda (PE) onde foram reafirmados os objetivos e os principais eixos da SAN: a garantia do acesso aos alimentos, à qualidade e a educação alimentar, além da necessidade do Brasil ter uma LOSAN e um SISAN.

De acordo com o mesmo autor, a mobilização social em torno da elaboração do Projeto de Lei até a pressão no Congresso Nacional culminou na criação da LOSAN sob o número 11346/2006, onde constam os princípios da legislação internacional em SAN no que

se refere à soberania alimentar e o DHAA. A mesma lei também cria o SISAN que terá uma gestão integrada entre vários ministérios com a denominação de Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN).

Em 2007, a III CNSAN em Fortaleza (CE) teve contribuições importantes em torno da PNSAN que contemplou as seguintes diretrizes: promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável; com sistemas mais justos de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos, educação e capacitação alimentar, somente em 2010 que foi instituída a PNSAN através do Decreto n. 7272/2010 (CONTI, 2009).

2.1.10 Programa de aquisição de alimentos

O PAA faz parte das ações estruturantes da estratégia FZ e da política agrícola de formação de estoques estratégicos na compra de produtos agrícolas pela CONAB. O PAA desempenha um duplo papel. Por um lado apoio à produção, à comercialização e à distribuição dos produtos agrícolas dos agricultores familiares/pescadores, no âmbito local. Por outro, a doação dos alimentos para um público em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional e formação de estoques estratégicos, conforme D'Ávila e Roversi:

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares, com apoio operacional de governos estaduais, municipais e da CONAB, seguem como doação para abastecimento da rede de proteção e promoção social, da Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição - que compreende Restaurantes Populares, Bancos de Alimentos e Cozinhas Comunitárias - da rede pública de ensino e ainda para a composição de cestas de alimentos distribuídas pelo MDS. Segue, também, para a formação de estoques governamentais e formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar, que contribuem na regulação dos preços (D'ÁVILA; ROVERSI, 2010, p. 22-23).

O PAA foi instituído pela Lei n. 10.696, de 02 de julho de 2003 onde, em seu artigo 19, se lê:

Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos.

§ 2o O Programa de que trata o caput será destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, ficando dispensada a licitação para essa aquisição desde que os preços não sejam superiores aos praticados nos mercados regionais (BRASIL, 2003).

Segundo o último Decreto de n. 6.959 de 15 de setembro de 2009, são quatro as modalidades do PAA, descritas a seguir.

Tabela 2.2: Síntese das modalidades do PAA, fonte de recursos, instituição executora e forma de acesso dos interessados.

Modalidades	Objetivos e Funcionamento	Fonte de Recursos	Órgão Executor	Formas de Acesso	Limites por Agricultor
Compra Direta da Agricultura Familiar	Abertura de Pólos de Compra. Em situação de baixa ou em virtude de atendimento de demandas de populações em estado de insegurança alimentar. Cumpre um importante papel na regulação de preços	MDS/MDA	CONAB	Grupos Informais com DAP Física, cooperativa e associação com DAP Jurídica	R\$ 8.000,00/ano civil
Formação de Estoques pela Agricultura Familiar	Instrumento de apoio à comercialização. Disponibiliza recursos financeiros e a organização adquire a produção de agricultores familiares sócio/filiados e forma estoques de produtos para posterior comercialização em condições mais favoráveis	MDS/MDA	CONAB	Grupos Informais com DAP Física, cooperativa e associação com DAP Jurídica	R\$ 8.000,00/ano civil
Compra da Agricultura Familiar p/Doação Simultânea	Compra de alimentos produzidos por agricultores familiares e da doação desses alimentos para entidades integrantes da rede socioassistencial.	MDS	CONAB, Estados e Municípios	Grupos Informais com DAP Física, cooperativa e associação com DAP Jurídica	R\$ 4.500,00/ano civil
Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	Propiciar o consumo do leite às famílias que se encontram em estado de insegurança alimentar e nutricional e incentivar a produção familiar.	MDS	Estados do Nordeste e região norte de MG	Grupos Informais com DAP Física, cooperativa e associação com DAP Jurídica	R\$ 4.000,00/semestre

Fonte: MDS/SESAN, 2009

De acordo com D'Ávila e Roversi (2010), as modalidades do PAA apresentam duas finalidades. A primeira visa incentivar a agricultura familiar comprando seus produtos para a formação de estoques estratégicos. Vinculada a essa finalidade opera-se com a “Compra Direta” e com a “Formação de Estoques pela Agricultura Familiar”. A segunda visa à doação de alimentos às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Vinculada a essa finalidade opera-se com as modalidades de “Compra com Doação Simultânea” e “Incentivo à Produção e o Consumo de Leite”.

O grupo gestor do PAA em nível federal é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e integrado por mais cinco ministérios: o Ministério do Desenvolvimento Agrário; o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão; o Ministério da Fazenda e o Ministério da Educação e Cultura (MDS, 2010). Essa integração de vários ministérios (intersetorialidade) tem o intuito de reforçar a responsabilidade com compromissos assumidos pela erradicação da fome e da pobreza e sua articulação deve ser alimentada e reforçada para alcançar os objetivos da SAN, como cita (COSTA; PASCAL, 2006), fatores como a falta de políticas intersetoriais, articulação institucional e a falta de recursos limitam o alcance das políticas públicas, que muitas vezes não passam de projeto piloto, referindo-se a programas de SAN de governos anteriores. Para problemas complexos como a implementação da SAN, é necessária a existência de um pacto amplo para sua concretização a fim de minimizar os efeitos dos conflitos das diferentes visões (DINIZ, 1997 *apud* MALUF *et al.*, 2006).

2.1.11 Operacionalização da modalidade PAA Doação Simultânea

A operacionalização do PAA é realizada de duas formas: através da gestão da CONAB e da Gestão Municipal.

Para efeito deste trabalho, será dada maior ênfase a modalidade do PAA- Compra com Doação Simultânea – Gestão CONAB, operado no município de São Lourenço do Sul. Essa modalidade do PAA visa assegurar o DHAA às pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar e nutricional, fortalecer a agricultura familiar, estimular a geração de trabalho e renda e promover o desenvolvimento local através do escoamento da produção por meio do consumo, preferencialmente, no local de origem da produção (D'ÁVILA; ROVERSI, 2010)

Conforme as autoras, a modalidade PAA Doação Simultânea é realizada através da compra da produção dos agricultores familiares/pescadores, enquadrados no PRONAF, organizados em grupos formais (cooperativas e associações) e da doação desses alimentos à rede socioassistencial local. Todas as propostas de participação devem ser analisadas e aprovadas pelo Comitê Gestor do Fome Zero, conselho que atua no município. Essa modalidade é operacionalizada pela CONAB, através do Termo de Cooperação com o MDS.

Segundo as autoras, para acessar essa modalidade, as cooperativas e as associações deverão identificar os produtores, através de suas declarações de aptidão ao Pronaf (DAPs) e

sua produção; as entidades socioassistenciais e a demanda dos alimentos dessas entidades. Preparar a Proposta de Participação, considerando a produção e a demanda, detalhando a entrega dos alimentos com as devidas quantidades no cronograma de execução da proposta e inserir a proposta no PAANet⁵ (CONAB, 2011). Também deverão encaminhar junto com a proposta à Superintendência Regional da CONAB: a DAP, a Proposta de Participação (Manual de Operações da CONAB - MOC, título 30. Documento 1 - Anexo I), ata da assembleia ou memória de reunião da cooperativa ou associação assinada por todos os fornecedores do projeto, aprovando a proposta de participação nesta modalidade “CPR Doação” e declarando que conhecem as regras e normas do programa; certidões negativas junto ao INSS, FGTS, dívida ativa da União e Receita Federal, da cooperativa e associação; estatuto e ata de eleição/posse da atual diretoria da cooperativa e associação e nota fiscal de venda à CONAB, emitida pela cooperativa e associação (Manual de operações da CONAB - MOC, título 20 e 21).

Aprovada a proposta pela CONAB, a CPR Doação é formalizada. A CONAB encaminha cópia da CPR e do Termo de Compromisso Mútuo ao banco, juntamente com a autorização do crédito, no valor total da CPR, a ser depositado na conta vinculada da cooperativa ou associação. O pagamento é feito mediante o recebimento da prestação de contas da cooperativa ou associação, juntamente com os documentos necessários (Nota Fiscal de Venda, Termo de Recebimento e Aceitabilidade dos Produtos e Relatórios de Entrega). Se não houver erro na prestação de contas, a CONAB envia fax para o banco liberando o pagamento e avisa a cooperativa ou associação sobre a liberação do pagamento (D’ÁVILA; ROVERSI, 2010).

Os agricultores selecionados podem participar de duas ou mais modalidades, como por exemplo: participar do PAA Doação Simultânea no valor de R\$ 4.500,00 no PAA Formação de Estoque no valor de R\$ 8.000,00 e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), cujas modalidades não são cumulativas, totalizando R\$ 21.500,00, o que garante um acréscimo em suas rendas (MDA, 2010).

⁵ PAANet é um aplicativo desenvolvido e disponibilizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), com o objetivo de facilitar e descentralizar o preenchimento das propostas de participação dos mecanismos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Decorrente do caráter dos objetivos deste estudo empírico, pretende-se abordar a pesquisa qualitativa pelo fato dela não se preocupar com avaliações de valores monetários e quantitativos e sim com a compreensão de determinados grupos sociais, de organizações, entre outros. Segundo Gerhardt (2009) a “pesquisa qualitativa preocupa-se com os aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação das dinâmicas das relações sociais”. Para Richardson (2008) “a abordagem qualitativa, além de ser uma opção do pesquisador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”.

Para familiarização com o objetivo geral da pesquisa utilizou-se um estudo exploratório. Este estudo envolveu um levantamento bibliográfico da implementação e do funcionamento do PAA em São Lourenço do Sul. Para isto, foram utilizadas dissertações de mestrado e revistas, além de uma entrevista informal com o Presidente do Conselho Agropecuário de São Lourenço do Sul (CAPEC) e engenheiro agrônomo da ONG CAPA e o presidente da COOPESCA. De acordo com Gil (2007), a entrevista informal é recomendada nos estudos exploratórios porque obtém uma visão geral do problema pesquisado e a indicação de informantes-chave. Segundo Alves-Mazzotti; Gewandsznajder (1998) “os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema”.

A pesquisa consistiu na coleta de dados através de entrevistas semi-estruturadas, com perguntas abertas e fechadas. O público alvo envolveu as famílias de agricultores fornecedores beneficiários e os representantes das entidades socioassistenciais que redistribuem os alimentos às famílias beneficiárias consumidoras em situação de insegurança alimentar e nutricional.

As famílias de agricultores familiares estão inseridas nas entidades organizadas, assim dispostas: A COOPAR, a COOPESCA e a Cooperativa Sul Ecológica, distribuídas respectivamente por: 88, 36 e 45 famílias, totalizando um universo de 169 famílias de agricultores fornecedores beneficiários e 11 entidades socioassistenciais que redistribuem os alimentos para as famílias beneficiárias consumidoras. O uso das entrevistas semi-estruturadas, ao mesmo tempo em que valorizou a presença do investigador, também tornou possível um ambiente agradável e descontraído, enriquecendo a investigação (TRIVIÑOS, 2008).

No município há onze entidades socioassistenciais que realizam a distribuição de alimentos a 630 famílias beneficiárias, mas, para efeito deste trabalho, foram pesquisadas três entidades socioassistenciais, considerando que esse número de entidades produziria informações suficientes, não se tornando repetitivas, e distribuídas conforme tabela a seguir.

Tabela 3.1: Número de famílias beneficiárias atendidas pelo PAA no município.

Entidades socioassistenciais	Nº de Famílias	Média de pessoas por família	Total de Pessoas
Igreja Nossa Senhora dos Navegantes	30	5	150
Igreja Quadrangular	30	6	180
Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de São Lourenço do Sul	30	5	150
Total	90		480

Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

A amostra de entrevistas foi composta de sete famílias de agricultores familiares e pescadores de suas respectivas organizações e três representantes das entidades beneficiárias. Na COOPAR foram pesquisados quatro associados; na COOPESCA, dois associados; na Cooperativa Sul Ecológica, três associados e três entidades beneficiárias. A diferença entre o total da amostra para o que foi pesquisado é que dois agricultores familiares são associados às duas cooperativas (COOPAR e Sul Ecológica). Em termos percentuais as amostras representam os fornecedores do PAA na COOPAR (4,5%), COOPESCA (5,5%) e Sul Ecológica (6,6%). As entidades religiosas são representadas por amostra de 27%.

As sete famílias classificam-se quanto aos grupos de produtos da seguinte forma: O grupo de grãos (feijão, soja, milho amarelo/branco, trigo) é representado pela maioria das famílias; as hortaliças (abóbora, couve, alface, cenoura, beterraba, rabanete, cebola, tomate, espinafre) e tubérculos/raízes (batata-doce, batata inglesa e mandioca) são representados por três famílias, respectivamente; os industrializados (sucos e schimiers) são representados por uma família e os peixes (corvina e tainha) por duas famílias.

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas no mês de janeiro de 2011 e optou-se por registrar-se inicialmente as ideias principais e imediatamente após a conversação, os dados foram reelaborados e analisados. Através dos contatos das principais lideranças, partiu-se para as entrevistas com os representantes das entidades religiosas. O critério de escolha

foram as diferentes confissões (católica, evangélica e luterana). Foi realizada uma observação direta no dia da primeira entrevista, quando se presenciou a entrega das sacolas de alimentos do PAA. Para a entrevista com os agricultores familiares e pescadores foi feita uma pré-seleção com as organizações as quais estão vinculados: o diretor da COOPAR, o engenheiro agrônomo do CAPA e a vice-presidente da COOPESCA. Vários foram os lugares da realização das entrevistas. Alguns foram encontrados na feira, outros em suas propriedades ou nas cooperativas.

Os roteiros para as entrevistas semi-estruturadas encontram-se nos apêndices deste trabalho e foram planejados para responder aos objetivos específicos. No primeiro objetivo foi realizado um roteiro de entrevista específico para a nutricionista do PAA, todavia notou-se a ausência dessa profissional no quadro de pessoal da prefeitura e, para responder tal questão, utilizou-se informações dos representantes das entidades beneficiárias e do presidente do CAPEC. A indicação da gestora do CMAS, pelo presidente do CAPEC, foi útil para coletar informações sobre o número de famílias beneficiárias consumidoras atendidas pelo CMAS. No segundo e no terceiro objetivo foram consideradas as informações dos fornecedores e representantes das entidades consumidoras beneficiárias.

A análise de dados desta pesquisa qualitativa foi realizada através da análise de conteúdo. Esta análise consiste na sistematização de todas as informações obtidas pelo pesquisador, de modo a facilitar o trabalho de compreensão, de interpretação e de inferência dos dados. Conforme Moraes (1999, p. 2) “[...] utilizando especialmente a indução e intuição como estratégias para atingir níveis de compreensão mais aprofundados dos fenômenos que se propõe a investigar”.

4. O PAA EM SÃO LOURENÇO DO SUL

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL

O município de São Lourenço do Sul foi inicialmente ocupado por luso-açorianos, índios, espanhóis e negros (Séculos XVII e XVIII) que se estabeleceram nas planícies, desenvolvendo a pecuária e as charqueadas, a serra permanecia praticamente intocada. Num segundo momento o alemão Jacob Rheingantz com negócios estabelecidos em Rio Grande e em Pelotas juntamente com o fazendeiro José Antonio de Oliveira Guimarães, estimulados pela política de imigração do Império conduziu a colonização particular alemã/pomerana e italiana no Município, no final do século XVIII. Por ocasião da ocupação pelos açorianos, uma parcela dessa população se estabeleceu na zona costeira explorando a atividade pesqueira dando início a um grupo social com costumes e tradições inerente à atividade, passada de geração em geração, existentes até os dias atuais. Dessa forma, originaram-se formas distintas de exploração das terras e das águas nelas contidas. Identifica-se no município a diferenciação de dois sistemas agrários, a partir da teoria dos Sistemas Agrários (MAZOYER; ROUDARD, 2001): o primeiro localiza-se na região costeira à Laguna dos Patos, caracterizado por planícies, com cultivos de arroz irrigado, soja, pesca, pecuária de corte e leite, com altitude média de 25 metros em relação ao nível do mar. E o segundo caracteriza pela área colonial localizado na parte alta do território, denominado Serra do Sudeste, com altitude que varia de 150 a 300 metros, sendo a maioria das propriedades de base familiar de pequeno porte, para produção diversificada (batata, feijão, fumo, milho, leite, fruticultura e hortaliças). Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2006) o município é formado por três regiões distintas:

O município de São Lourenço do Sul é constituído por distintas regiões de serra, coxilhas e planícies. A serra (41%) com relevo que chega a forte ondulado e solos rasos e pedregosos, foi ocupada por colonos alemães que desenvolveram uma agricultura intensiva com desmatamento generalizado e sem tratamentos culturais preventivos à erosão. Hoje os efeitos da erosão se refletem nas superfícies dos solos, colheitas e nas águas de drenagem. As coxilhas (24%) com relevo ondulado e solos profundos estão sendo ocupadas recentemente por uma agricultura mais tecnificada. As planícies (34%) com solos hidromórficos, ocupadas pela pecuária constituem a meio século grande fonte de produção de arroz irrigado (EMBRAPA, 2006, p. 45).

A atual estrutura fundiária em São Lourenço do Sul demonstra que a agricultura familiar se estabelece em 88% dos estabelecimentos com área de 77.118 hectares (45%),

enquanto que a agricultura patronal em 12% com área equivalente a 94.214 hectares (55%), conforme o Censo agropecuário de 2006 - IBGE (2009). Seu território é de 2045,8 km², sendo que 2031,9 correspondem à área rural e apenas 13,9 à área urbana, divididos em sete distritos além da sede. Com relação às culturas temporárias destacam-se a produção de arroz irrigado com 70.014 toneladas numa área de 10.350 hectares, o milho com 57.600 toneladas numa área de 16.000 hectares, a soja com 18.900 toneladas numa área de 9.000 hectares, o fumo de 19.550 toneladas numa área de 8.500 hectares, a batata-inglesa com 15.900 toneladas numa área de 1.300 hectares e o feijão com 2.010 toneladas numa área de 1.000 hectares. Em relação às culturas permanentes destacam-se a produção de leite com 33.191.000 litros com 20.716 vacas ordenhadas. Na pecuária de corte o efetivo de bovinos é de 113.814 cabeças. IBGE (2010). Enfatiza-se a importância da longa tradição pesqueira do município:

Existem no município aproximadamente 350 pescadores que colocam em prática diferentes sistemas de produção na pesca, além de uma série de outras alternativas de geração de renda, dentro e fora da pesca (PASQUOTTO; MIGUEL, 2004, p. 2).

A Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2007) apresenta o Índice de Desenvolvimento Sócio Econômico (IDESE) do município de 0,681, apresenta também os indicadores Educação (0,829), Renda (0,692), saneamento e domicílios (0,349) e Saúde (0,856). O indicador saneamento e domicílios é o índice mais baixo dos blocos temáticos, colocando o município numa posição bem inferior aos demais no Estado. A Companhia Rio-Grandense de Saneamento (CORSAN) atende a região urbana do município. No meio rural, os agricultores possuem água e rede de esgotos próprios, em muitos casos em estado precário.

A população do município é de 43.110, sendo que 24.234 (56%) são da área urbana e 18.880 (44%) pertencem à área rural. (IBGE, 2010). O índice de incidência de pobreza no município é de 23,92% da população, conforme dados agregados do IBGE (2003). Em virtude da identificação de bairros com maior número de pessoas em situação de vulnerabilidade social e alimentar no município foi implantado o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) com a intenção de minimizar os problemas sociais vividos pela população. De acordo com a Secretaria do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de São Lourenço do Sul, estão inscritas no cadastro único do Programa Bolsa Família⁶ (PBF), de 1950 a 2000

⁶ Programa Bolsa Família – mais informações através do site: www.mds.gov.br/bolsafamilia

famílias beneficiárias. Desse universo, 630 famílias (cerca de 30%) são atendidas pelo PAA Doação Simultânea, através de 11 entidades sócio-assistenciais que realizam a distribuição de alimentos. O MDS estabelece critérios para a inclusão das famílias beneficiárias no PBF como o número de pessoas na família, doenças graves, frequência escolar das crianças, renda per capita menor que $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, isto é, R\$ 140,00, entre outros. Esses critérios são utilizados para determinar a entrada das famílias no PAA e de acordo com Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), uma alternativa interessante para se medir a pobreza de determinada sociedade está no fato de se combinar vários indicadores como renda, acesso a bens e serviços essenciais como moradia, saneamento, educação, saúde, entre outros.

Essa realidade tornou-se principal justificativa para a criação do Comitê Fome Zero de São Lourenço do Sul, que está baseado na existência de famílias em estado de vulnerabilidade alimentar e nutricional e na existência de várias entidades comunitárias comprometidas com o bem-estar da população em estado de vulnerabilidade social. O Comitê Gestor do Fome Zero está instituído pelo Decreto atual nº 3.220 de 24 de novembro de 2009, e sua composição está assim formado: pelo Poder Executivo, através das secretarias: a Coordenação Municipal de Assistência Social, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, a Secretaria Municipal da Saúde e Bem Estar Social e a Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio. Através da representação da sociedade civil com 11 entidades religiosas: a Comunidade Santa Rita de Cássia, Nossa Senhora dos Navegantes, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora Medianeira, Santo Expedito, São José, Cristo Nova Esperança, Nossa Senhora de Fátima, Casa da Esperança Chico Xavier, Casa da Paz, Igreja Quadrangular e comunidade evangélica de confissão luterana de São Lourenço do Sul; o Centro de Apoio ao Pequeno Produtor (CAPA), Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e as entidades representantes dos agricultores familiares e pescadores: a Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores da Região Sul (COOPAR), a Cooperativa de Pescadores Profissionais e Artesanais Pérola da Lagoa (COOPESCA)⁷ e a Cooperativa Sul Ecológica.

⁷ COOPESCA – Cooperativa dos Pescadores Profissionais e Artesanais Pérola da Lagoa localizada na zona urbana do município, atualmente com 100 associados, sendo 36 fornecedores ao PAA Doação Simultânea. A formação da cooperativa foi a principal reivindicação do setor, com estrutura para armazenar e congelar o pescado bem como a fabricação do gelo para minimizar a relação de dependência dos pescador artesanal às indústrias pesqueiras. (CUNHA, 2009, p. 16).

4.2 HISTÓRICO DO PAA NO MUNICÍPIO

Para a implantação do PAA em São Lourenço do Sul, os atores protagonistas desta ação estratégica de combate à fome e à pobreza foram a presença da ONG Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) e da Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores (COOPAR).

A ONG pertencente à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) começou sua trajetória com atuação em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, adquirindo experiência e conhecimento na matriz de produção ecológica, há mais de trinta anos, no decorrer de sua trajetória histórica (CAPA, 2010).

Em 1982, o CAPA instalou-se no município para incentivar os agricultores familiares a desenvolver a agricultura alternativa baseada na produção ecológica diversificada em contraposição ao modelo agrícola convencional. Em virtude disso, transferia para esses o conhecimento adquirido de outras regiões mais desenvolvidas, através de cursos de assistência técnica e de capacitação, divulgando o modelo agroecológico. Mais tarde, os mesmos coordenadores do CAPA idealizaram e implantaram a cooperativa mista de pequenos agricultores do Sul (COOPAR)⁸ em maio de 1992, visando incentivar o associativismo entre os agricultores familiares. A solidariedade entre os atores sociais, através de metodologias semelhantes influenciaram as ações de implantação do PAA.

A partir de 2000 através de um projeto piloto, as articulações em torno da produção, distribuição e consumo impulsionaram o CAPA e governo estadual (gestão 1999/2002) a alçar uma estratégia de comercialização e a COOPAR já constituída, como principal fornecedora de produtos agrícolas:

Os agricultores da região vendiam, desde 2000, produtos para o programa Merenda Escolar Ecológica, subsidiado pelo governo estadual (gestão 1999-2002). O CAPA, juntamente com as centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (CEASA/RS) e uma escola da rede pública estadual em São Lourenço do Sul, iniciou um projeto piloto, onde os alimentos utilizados eram produzidos ecologicamente por agricultores familiares da região, beneficiando 538 crianças (FRÓES, *et al.*, 2008, p. 13).

⁸ COOPAR – Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul está localizada no município de São Lourenço do Sul/RS, foi fundada no ano de 1992 e hoje conta com 2.050 associados. A COOPAR foi criada para atender as necessidades dos agricultores familiares da região que atualmente encontram-se produzindo no modelo ecológico ou ainda no de transição, por isso seus produtos podem ser encontrados tanto na forma orgânica como na convencional. Os produtos da COOPAR carregam a marca Pomerano, marca esta que faz menção as raízes da grande maioria dos agricultores de São Lourenço. A denominação Pomerano é dada aqueles que moravam na Pomerânia e falavam a língua Pomerano e é justamente na região de São Lourenço do Sul/RS que os imigrantes pomeranos formam o maior grupo étnico dessa descendência, podem ser caracterizados por uma forte ligação com a agricultura e grande experiência para com a terra, muitos de seus costumes ainda são preservados, como a linguagem, os feriados religiosos e a comida.

Em 2001 essas ações multiplicaram-se atingindo o município de Pelotas (gestão 2001/2004) e posteriormente, em São Lourenço do Sul, na gestão 2004/2011, o executivo local colocou em prática a estratégia do Fome Zero (FZ), implantando o PAA Doação Simultânea e tal iniciativa contribuiu decisivamente para a constituição e consolidação do programa a partir de 2005, sendo a execução dos projetos enviados à CONAB de responsabilidade das cooperativas. Atualmente, a COOPAR executa o quinto projeto, a COOPESCA com o terceiro projeto em andamento e a Cooperativa Sul Ecológica opera também o quarto projeto do PAA/Doação.

O FZ encontrou espaço e ambiente propícios para a implantação do PAA em São Lourenço do Sul. As experiências do programa em Pelotas, através da ONG CAPA e COOPAR, endossaram um compromisso do governo federal e do governo municipal. Essa trajetória alcançada pelos atores sociais em São Lourenço do Sul e em Pelotas, inclusive com o intercâmbio de profissionais entre uma organização e outra, deu mais visibilidade e crédito das ações implantadas na região e localmente perante os agricultores familiares (MULLER *et al*, 2010, p. 25-26).

4.3 O PAA NA VIDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E DOS BENEFICIÁRIOS

A importância dos critérios de qualidade, quantidade e regularidade na oferta dos produtos da agricultura familiar, identificados nos objetivos do PAA Doação Simultânea, proporcionam através desta ação estratégica, uma alimentação de qualidade produzida na região, que atenda às necessidades nutricionais e calóricas no mínimo três vezes ao dia a todas as pessoas, principalmente aos mais pobres. A importância do PAA, no atendimento a esses critérios, não se limita apenas na construção de um novo mercado, mas também na produção, circulação e consumo de alimentos, promovendo ações de cidadania.

4.4 QUALIDADE, QUANTIDADE E REGULARIDADE NA OFERTA DOS PRODUTOS

Para atender o critério de qualidade, segundo os representantes das entidades, os beneficiários têm conhecimento sobre os benefícios que a produção agroecológica e do pescado proporcionam à saúde, pelos esclarecimentos realizados pela prefeitura através de

palestras e de oficinas com profissionais de nutrição. Pelo lado dos agricultores familiares, a produção ecológica representa um diferencial no mercado e a CONAB paga um adicional de 30% a mais que o produto convencional e são certificados pela Rede Ecovida de Agroecologia.⁹ Baseado nisso, os agricultores familiares encontraram na produção agroecológica, um potencial na agregação de valor aos produtos agrícolas frente à demanda crescente de consumidores por alimentos livres de contaminantes químicos e também para o autoconsumo preservando a saúde da família. A qualidade caracteriza-se não só na ingestão de produtos sem agrotóxicos, como também na saúde do agricultor no manejo das lavouras. Para esses agricultores familiares, o PAA impulsionou esse potencial produtivo baseado na diversificação de culturas, proporcionando o desenvolvimento da economia local, preservação dos hábitos alimentares, permanência do agricultor no campo, entre outros. As demandas dos beneficiários consumidores são monitoradas e organizadas mensalmente pelos representantes das entidades socioassistenciais e levadas para a reunião do Comitê Fome Zero onde são discutidas e analisadas, assim como as demandas dos agricultores familiares/pescadores através de suas entidades organizadas. Segundo um membro desse Comitê, aconteceu uma vez de devolverem o peixe, já que é um produto que necessita de refrigeração. Essa demanda foi levada à reunião do Comitê onde a questão foi resolvida com a troca dos horários de entrega, já que essa comunidade não tem como refrigerar produtos perecíveis.

No quesito quantidade, é igualmente distribuída entre as famílias e as demandas dos beneficiários apontam para a necessidade de arroz na cesta e outra opção de carne para alternar com o peixe. Sobre a demanda por arroz na cesta, segundo o Comitê, está tramitando localmente o pedido de inserção do arroz pela Cooperativa dos Arrozeiros de São Lourenço do Sul (COOPAC).

Produzir em quantidade suficiente, manter a escala e regularidade de produção são os desafios que o Comitê do Fome Zero vem administrando, segundo um entrevistado, vários são os fatores que influenciam no enfrentamento desses desafios, tanto na agricultura como na pesca artesanal, o risco de intempéries climáticas, o empobrecimento da maioria dos agricultores familiares/pescadores com pouca capacidade de auto-gestão, a demora na renovação dos projetos pela CONAB, entre outros, que acarretam a morosidade na operacionalização do PAA colocando em risco o direito de acesso aos alimentos conforme determina a LOSAN. Em virtude disso, as organizações parceiras locais procuram incentivar outros agricultores familiares/pescadores a aderirem ao Programa para aumentar a oferta dos

⁹ Para saber mais sobre a Rede Ecovida de Agroecologia acessar www.ecovida.org.br.

produtos e fazer os ajustes necessários para adequar a produção ao que é demandado pelas famílias beneficiárias através das entidades socioassistenciais. Para organizar a relação entre oferta e demanda de produtos agrícolas é utilizado o cronograma de entrega, feito pelo Comitê Fome Zero, a cada três meses de acordo com as safras dos produtos. Ainda para promover a quantidade de produção suficiente e suprir as demandas de consumo do PAA e outros mercados, o CAPA promove a capacitação dos agricultores familiares através de técnicas e manejos adequados à produção ecológica como a técnica da irrigação por gotejamento, adubação verde, compostagem, esterco de animais como fertilizantes, o uso de sombrite e estufas, entre outras. Em consequência da sazonalidade da produção, há a substituição de produtos agrícolas e pescados por outros, procurando adequar o valor nutricional dos alimentos. Justifica-se a importância da nutricionista nas reuniões do Comitê Fome Zero para a organização das sacolas em função do cronograma de entrega, os valores nutricionais dos produtos que podem ser substituídos, entre outros.

As entregas são feitas quinzenalmente nas onze entidades beneficiárias. O transporte dos produtos alimentares é feito pela COOPAR, COOPESCA e Cooperativa Sul Ecológica. Os custos com transportes, bem como os impostos e outras despesas são pagas através da taxa de administração de cada cooperado à cooperativa. E, segundo os representantes das entidades socioassistenciais, os beneficiários afirmaram que as entregas são realizadas de forma rigorosa. Zimmermann (2007) diz que muitos problemas que os agricultores familiares tinham antes do PAA foram equacionados através das cooperativas com o transporte e distribuição.

4.5 PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS E DAS FAMÍLIAS DE PESCADORES E PRODUTORES DO PAA DOAÇÃO SIMULTÂNEA

A seguir faz-se uma breve caracterização do público beneficiário, bem como da percepção destes sobre a modalidade do PAA “Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea”, do ponto de vista dos representantes das entidades socioassistenciais.

4.5.1 Perfil das famílias beneficiárias

O perfil socioeconômico das famílias beneficiárias, segundo os entrevistados, é caracterizado como pessoas que vivem em extrema pobreza. Muitas dessas famílias convivem

com algum tipo de enfermidades ou dependência química. As ocupações são exercidas por eventuais serviços de biscates como faxineiras, papaleiros (as) e pescadores, geralmente com baixa escolaridade. No caso dos pescadores beneficiários consumidores são observados o período de Defeso¹⁰, ocasião que não recebem os alimentos do PAA em consequência do recebimento do benefício do Seguro Desemprego equivalente a um salário-mínimo. As crianças frequentam a creche ou a escola e fazem a visita regularmente ao posto de saúde, critérios estabelecidos pelo PBF como contrapartida das famílias beneficiárias para a participação nos programas de benefícios sociais. Essas pessoas devem procurar a entidade religiosa mais próxima de sua residência e responder a um pré-cadastro que posteriormente será enviado ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). De posse deste pré-cadastro, a Assistente Social do CMAS realiza uma visita domiciliar para comprovar se aquela família se enquadra nos critérios estabelecidos pelo PBF que, segundo uma entrevistada do CMAS, são: renda per capita inferior a R\$ 140,00, ou seja, menos de um quarto do salário mínimo; número de pessoas na família; doenças graves; frequência escolar das crianças, entre outros, para determinar a entrada das famílias no PAA. Estes critérios são observados e analisados pelo Comitê Gestor do Fome Zero Municipal e, evidenciada a situação de extrema pobreza, o mesmo autoriza a inclusão das famílias.

A violência e a baixa autoestima são características frequentes entre as populações que vivem em vulnerabilidade social e insegurança alimentar. Entretanto, de acordo com um dos entrevistados, essas populações tiveram seus índices diminuídos com a contribuição do PAA.

Na avaliação de outra entrevistada, há o reconhecimento da importância do consumo de alimentos de produção ecológica, bem como o reconhecimento do trabalho dos agricultores familiares. Uma frustração para as mulheres dos cursos de artesanato e estamparia é que não há destino certo para os seus produtos. Nessa entidade, a própria representante ministra aulas de alfabetização no Ensino de Jovens e Adultos (EJA), que, segundo ela, é motivo de orgulho educar e promover a transformação social dessas pessoas carentes.

Outro entrevistado relatou que ao receber a sacola de alimentos, há a certeza de que as famílias beneficiárias consomem alimentos saudáveis, o que poderia não ocorrer se a doação fosse em dinheiro.

¹⁰ Seguro Defeso é uma política estratégica que protege as espécies e garante renda aos pescadores. Todo pescador profissional que exerce suas atividades de forma individual ou em regime de economia familiar fica impedido de pescar durante a reprodução das espécies. Nesse período, em que o tempo de proibição é definido por lei, os pescadores profissionais recebem o Seguro mensalmente, na quantia de um salário mínimo (MPA, 2011).

Segundo um gestor entrevistado, a presença do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) com localização estratégica em bairros com maior número de pessoas em situação de vulnerabilidade social e alimentar, tem amenizado os problemas sociais vividos pela população. E, periodicamente, nos dias de recebimento das sacolas, a nutricionista e a assistente social do Comitê Fome Zero visitam as entidades para prestar palestras sobre informação nutricional dos alimentos e elaboração de pratos mais saudáveis, bem como palestras sobre educação sexual, uso de drogas, violência, etc., contribuindo na construção do resgate à cidadania.

Para Mattei (2007, p.2) as ações de combate à pobreza entre as pessoas em situação de insegurança alimentar inicia com o acesso ao direito de alimentarem-se dignamente “[...] deve ser entendido como um processo de promoção de cidadania e de democratização da sociedade [...]”.

4.5.2 Perfil das famílias de pescadores e agricultores fornecedores de produtos ao PAA

As famílias de agricultores familiares/pescadores pesquisados em São Lourenço do Sul foram indicadas pelas cooperativas às quais integram há mais de cinco anos. São grupos sociais que apresentam trajetórias histórico-cultural distintas, mas assemelham-se quanto às consequências que o modelo tecnológico adotado no Brasil trouxe a esses segmentos produtivos. Segundo Souza e Pit (2006, p.3), o governo contemplou os segmentos produtivos em 1996 com o Pronaf para suprir a falta de recursos gerada pela descapitalização dos pescadores artesanais e agricultores familiares nas décadas de 60/70.

As famílias de agricultores familiares que produzem com base na matriz ecológica, haja vista que os programas PAA e PNAE (Resolução n. 38 do FNDE/2009, arts. 20) estimulam a produção e o consumo de alimentos saudáveis e livres de contaminantes químicos. Para identificar o perfil do fornecedor agroecológico de São Lourenço do Sul parte-se da premissa que todos são agricultores familiares com estrutura fundiária que varia entre 16,0 e 52,5 hectares, enquadrando-se na Lei n. 11.326/06, que define a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares, segundo Conti e Magri (2008) contribuiu para o reconhecimento como categoria social e econômica, atendendo as reivindicações do setor. Tem na sua trajetória histórico-cultural, a predominância da produção diversificada envolvendo a produção para autoconsumo e venda do excedente. Todos apresentam boas condições de vida e produção diversificada (três a cinco culturas), estão organizados em

associação e para eles a produção agroecológica é um misto de ética, alternativa de vida, religião, enfim, características de um público que não aceitou modelos exógenos de produção implantados no Brasil a partir de 1970. Com exceção de uma entrevistada, que possui o nível superior, os demais não possuem o ensino fundamental completo. Outro fato que caracteriza as famílias entrevistadas é a escassez de mão de obra familiar, em consequência das famílias menos numerosas, o envelhecimento da população do meio rural e a migração.

Em relação aos pescadores artesanais, vivem no município cerca de 630 famílias integradas entre si através do vínculo da pesca, cuja atividade atravessa gerações desde a imigração dessa parcela da sociedade. Utilizam mão de obra familiar, de vizinhos ou de parentes. Desde cedo, os filhos menores participam das atividades, principalmente em épocas de safra do pescado e, conseqüentemente, ocorre o baixo nível de escolaridade. Os preços oscilam, dependendo da abundância ou da escassez de pescado, ocasionando situação de inconstância na renda familiar. Dessa forma, a intensidade da atividade pesqueira é variável fazendo com que alguns integrantes da família realizem outras tarefas importantes no processo de produção, como o beneficiamento dos pescados e manutenção de equipamentos de pesca. Frequentemente combinam outras atividades como a agricultura, a construção civil e o comércio nas entressafras:

As famílias também combinam em sua estratégia de vida rendas da pesca e de outras fontes. Durante três meses por ano o pescador é impedido, pela lei, de pescar, para que as espécies de peixe possam se reproduzir é a época do defeso (COTRIM, MIGUEL, s/d, p. 14).

De acordo com os agricultores/pescadores entrevistados, a renda maior provém da agricultura, da agroindustrialização e do pescado. Sobre a renda da família, nota-se a importância das rendas não agrícolas (RNA), a exemplo da aposentadoria, entre outras, como uma importante fonte de renda, sendo que das sete famílias que vendem produtos para o PAA, três são aposentados.

Os agricultores familiares e pescadores possuem, em média, dois filhos por família. Verifica-se a diminuição desse número em relação às gerações passadas, ocasionando hoje um problema de escassez de mão-de-obra, tanto familiar como de terceiros. Segundo o entrevistado da Família 1 “[...] agora a gente está sozinho, só o casal... os filhos cada um seguiu a sua vida”, e a produção como fica? “... por enquanto estamos dando conta...”. Os

filhos moram com os pais em 80% das famílias, com exceção da Família 1, em que os filhos estudam e trabalham na cidade e da família 7, em que os filhos contribuem com o orçamento familiar trabalhando externamente à atividade da pesca. As informações vêm de encontro com o Censo realizado pela FURG e FAO que, segundo a pesquisadora Kalikoski (2011), “foi muito surpreendente, pois indica que provavelmente os filhos desses pescadores não estão indo para a pesca”.

Os agricultores familiares comercializam sua produção também com o PNAE, via cooperativas, e de forma individual para consumidores do seu entorno, hospitais, pequenos mercados e feiras.

Os pescadores artesanais entrevistados não comercializam a produção de forma individual, somente fornecem para o PAA Doação através da COOPESCA, principalmente ao PAA, a varejo e em feiras locais. Esse sistema de produção é mais conveniente para os pescadores em virtude da permanência da maior parte do tempo no local de pesca, responsabilizando-se pela produção. A estocagem, a industrialização, a embalagem, o transporte e a comercialização são de responsabilidade da cooperativa.

Tabela 4.1: Distribuição das famílias de agricultores familiares de acordo com as alternativas de comercialização.

Família	PAA	PNAE	Vizinhança	Hospitais	Mercados	Feiras/Eventos
Família 1	x	x				
Família 2	x	x	x	x		
Família 3	x	x				
Família 4	x		x		x	x
Família 5	x	x				x
Família 6	x					
Família 7	x					

Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Os agricultores familiares pertencentes às famílias 4 e 5 são economicamente favorecidos em relação aos demais por comercializarem seus produtos em feira livre, devido a relação direta entre produtor e consumidor. A dimensão econômica pesa muito na escolha dos mercados e, para eles que comercializam nesse espaço, boa parte da produção é destinada a esse mercado. Segundo Tonneau e Sabourin (2007, p. 283), a diversidade das formas de organização da agricultura familiar e sua articulação com o mercado proporcionam autonomia

ao público beneficiário. O PNAE também foi citado com preços vantajosos, através de licitação, pela entrevistada da família 3. Os agricultores familiares entrevistados têm como tradição destinar parte da produção para o consumo próprio, elemento indispensável para sua reprodução social. Para o entrevistado da família 1, na ocasião da comercialização do feijão com o PAA, cerca de 60 a 70% foi vendido ao PAA e a produção de hortaliças, tirando a parte de consumo da família, foi destinada a esse mercado toda a produção. Segundo ele, dentro dos limites do PAA, hoje R\$ 4.500,00/agricultor/ano, a participação na renda total da família variou de 45 a 50%. O entrevistado da família 2, no último contrato, somente comercializou a batata inglesa, deixando o feijão para outros mercados. Comercializou nos limites do PAA a produção de 79 sacos de batata inglesa equivalente a 35% da produção. Essa modalidade do PAA Doação proporcionou uma participação de 35 a 40% da renda total. Esse entrevistado tem a intenção de produzir hortaliças para o PAA e todos afirmam que estes produtos apresentam maior rentabilidade. Para a entrevistada da Família 3 as vendas para o PAA representam 70% da produção, 10% para venda direta em feiras/eventos e 20% no varejo. Para os entrevistados das famílias 4 e 5 que tem uma relação direta com o consumidor, a produção para o PAA Doação é em torno de 30% e a maior parte é destinada para a feira local. É importante evidenciar que a maioria dos agricultores familiares é desprovida de planilhas de produção ou de custos, o que dificulta a obtenção de dados mais eficientes.

A pesca é um setor produtivo extrativista e depende da natureza para a oferta do produto, segundo Pasquotto e Miguel (2004, p. 2). Conforme um entrevistado, estudos recentes apontam para a redução dos estoques pesqueiros no Estuário da Lagoa dos Patos. Esse fator desencadeia uma crise nas condições socioeconômicas dos pescadores artesanais conforme notícia veiculada no Agora, O Jornal do Sul em 14 de abril de 2011. Entretanto, algumas intervenções foram necessárias para preservação e reprodução das espécies, como o período de “Defeso” que consiste na proibição da pesca nos meses de junho a setembro, com retorno da atividade de outubro a maio. Para assegurar a manutenção dos lares e a amenização da situação econômica e cultural, os pescadores artesanais contam com o benefício do Seguro-Desemprego no valor de um salário mínimo, neste período (AGORA, O Jornal do Sul, 2011).

O planejamento da produção da COOPESCA consiste em armazenar em épocas de safras, o excedente para períodos de entressafra, o período de Defeso e ocorrência de fatores climáticos que colocam em risco a oferta de produtos. No caso da ocorrência dessas situações de riscos que prejudique a oferta dos produtos, a cooperativa conta com o apoio de outras parceiras da Rede Regional de Comercialização Solidária do Pescado no Sul do RS, fazendo

parte 10 cooperativas/associações de pescadores artesanais de Tapes, Tavares, Mostardas, São José do Norte, Rio Grande, Pelotas, Santa Vitória do Palmar, São Lourenço do Sul, Camaquã e Arambaré. Dessa forma, a rede atende às demandas locais da cooperativa, que segundo o presidente da cooperativa a produção para o PAA Doação Simultânea corresponde a 70% da produção, venda a varejo 25% e nas feiras locais 5%. Assim como na agricultura, a pesca depende da natureza para se obter uma boa safra e incremento de renda, sendo importante reservar uma parte dos ganhos para compensar eventuais perdas com a produção no futuro. Segundo o presidente da entidade:

[...] a CONAB estipula um valor no início do contrato que vale para todo o ano, por exemplo, a tainha por R\$ 4,65/kg e como está acontecendo agora, com a falta do peixe, o preço subiu e o pescador não quer entregar mais por R\$ 1,80 e sim por \$ 2,50... então fica o desestímulo para vender para o PAA (VARGAS, 2011).

Nesse caso, quando o preço de mercado é maior que os preços acordados com a CONAB, os associados são incentivados e manipulados pela maioria dos pescadores a deixar a cooperativa em torno da mobilização por preços maiores. Essa pressão faz com que a cooperativa busque alternativas para épocas em que a demanda aumenta e recorra às redes de comercialização que são de vital importância no abastecimento. A rede regional de comercialização, além de abastecer as demandas locais, impede preços especulativos até que a situação volte à normalidade. Embora os pescadores artesanais aleguem que o valor estabelecido pela CONAB seja inferior ao preços de mercado, nota-se que determinados períodos poderá ocorrer algumas oscilações, acarretando uma discórdia no setor. Contudo, quando os preços caem e os preços da CONAB tornam-se atraentes, não há um reconhecimento por parte dos pescadores artesanais que essas oscilações ocorram em todos os produtos que a CONAB comercializa, e que essa possui uma metodologia própria com base na média de preços regionais e estaduais. Segundo o mesmo entrevistado, nas ocasiões em que não conseguem atingir as metas do PAA, há a possibilidade de compensação nos meses seguintes, a exemplo da enxurrada que o município passou em 10 de março de 2011. Fica claro que, com a aproximação da Semana Santa eles querem atender essa demanda onde terão maiores lucros, mesmo que momentaneamente. Ainda conforme o entrevistado, como existe esta flexibilidade na entrega dos produtos às entidades beneficiárias, a cooperativa dá prioridades às demandas mais lucrativas, argumentando que a entidade tem muitas despesas.

Embora o setor produtivo da pesca artesanal conviva com os desafios e riscos inerentes à atividade, o PAA incrementou ações como o associativismo, as redes de comercialização, o apoio governamental com investimento da infra-estrutura (caminhão, construção da fábrica de gelo, agroindústria de beneficiamento de pescado, estrutura para feiras livres, etc.) para tirar os pescadores artesanais da marginalidade e inseri-los no mercado institucional e convencional.

4.6 IMPACTOS DO PAA NA VIDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES FORNECEDORES

Convém ressaltar que a COOPESCA surgiu para atender as demandas da política do FZ com a perspectiva de amenizar a situação de empobrecimento da classe de pescadores artesanais, que não tinham alternativa justa de vender sua produção (CUNHA, 2009, p.16).

A Cooperativa comercializa os produtos *in natura* para o PAA e através do beneficiamento para comércio varejista e feiras, agregando valor aos produtos, possibilitando um preço mais justo ao associado, fortalecimento dos canais curtos de comercialização vinculando produção e consumo localmente. O PAA, como precursor no incremento à produção, renda, comercialização e consumo, está promovendo a entrada de fatias de outros mercados na esfera estadual e a perspectiva de fornecer ao PAA Doação na cidade de Pelotas.

Recentemente, a Cooperativa adquiriu o licenciamento de inspeção sanitária do estado, através da Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal (CISPOA), órgão da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Rio Grande do Sul responsável pela inspeção de produtos de origem animal que são comercializados dentro do estado. Nesse ínterim, tramita no Ministério da Pesca e Aquicultura, a planta de ampliação da agroindústria, além do projeto referente a compra de um barco para trazer o pescado do ponto de pesca à Cooperativa, principal dificuldade relatada pelos associados, segundo uma entrevistada associada. Nota-se que os impactos positivos do PAA Doação foram importantes para o desenvolvimento do setor, visto que, desde a sua criação os investimentos em infra-estrutura e a perspectivas de mercados maiores condiz com os investimentos no setor. Os desafios fazem parte da construção e fortalecimento socioeconômico da Cooperativa, bem como de seus associados.

Ao serem questionados sobre qual o motivo principal que levou as suas organizações a aderirem ao PAA Doação, 72% dos entrevistados responderam ser a alternativa de

comercialização e a garantia dos preços; 14% a alternativa de produção e renda e 14% não opinaram. De acordo com Zimmermann (2007), a inovação que o PAA trouxe aos agricultores familiares beneficiários possibilitou aumento e alternativa de renda “[...] possuem receitas de comercialização dos produtos quase três vezes superiores às dos não-beneficiários [...]”.

Nota-se que os agricultores familiares foram incentivados, a partir da criação do PAA, a comercializarem sua pequena produção através das cooperativas para atender essa demanda institucional. Nesse espírito de ajuda mútua, as cooperativas têm a função de organizar a produção e a distribuição de acordo com as orientações demandadas pelo Comitê Gestor do Fome Zero. Dentro dessa estratégia, a renda mensal de cada produtor é de R\$ 375,00, no limite máximo estipulados pelo PAA. Leva-se em consideração que a maioria dos alimentos consumidos é produzida pela família e a mesma família pode ter mais de uma inscrição como produtor (Talão de Nota Fiscal de Produtor), o fornecimento para outra modalidade do PAA e PNAE, entre outros mercados. Os benefícios são diversos e dinâmicos agregando valores econômicos, alimentares, socioculturais e ambientais no cotidiano de cada família, conforme D’Avila e Roversi (2010, p. 29,30) “ao adquirir produtos da agricultura familiar, o PAA garante um aporte de renda mensal aos agricultores [...]”. Sob esse enfoque, a estratégia FZ alcança os objetivos de estímulo à agricultura familiar, principalmente para aqueles que produzem em pequena quantidade e com dificuldade de agregar valor. Dentro dessa perspectiva, se concretizam hoje a alimentação escolar (PNAE) e os mercados convencionais, como o caso da entrevistada da família 3, “[...] na época eu não era legalizada e o PAA era uma alternativa de mercado, que me desse segurança de renda.” Para ela, que industrializa sucos concentrados e geleia de frutas de origem nativa e ecológica, o PAA teve papel também na divulgação dos produtos. De acordo com Zimmermann (2007) “[...] o PAA criou mercados até então inexistentes e alterou a relação entre produtores e intermediários”.

Entre os entrevistados 58% deles consideram o preço pago pela CONAB satisfatório, 14% não responderam e 28% responderam que há produtos, como o feijão, que o preço pago não cobre os custos de produção. O entrevistado da família 2 comercializou somente a batata inglesa e deixou de comercializar o feijão no último contrato porque o preço de mercado estava com situação favorável, o contrário também é verdadeiro quando a CONAB oferta preço atrativo. A entrevistada da família 3 diz ser satisfatório produzir o grão em grande quantidade e/ou produtividade, fator restritivo à produção ecológica, formadas por minifúndios.

Os preços da CONAB são estabelecidos através de metodologia própria, baseada nas realidades estaduais e regionais o que diverge sobre determinadas realidades locais, onde há problemas mais pontuais, como a ocorrência de determinados fenômenos meteorológicos que prejudicam a oferta dos produtos, elevando os preços momentaneamente. Outro aspecto positivo que agrega valor nos produtos é que os agricultores familiares estão certificados pela Rede Ecovida e recebem pelos produtos orgânicos o adicional de 30% a mais que o produto convencional, ou seja, a produção de um agricultor familiar quando certificado é mais valorizado por diferentes mercados, tendo mais facilidade de inserção nos mesmos. Esses produtores são reconhecidos pelos consumidores como defensores do meio ambiente e mostram sua preocupação com a qualidade de vida da família ou de quem consome.

Os recursos repassados pela CONAB ao município de São Lourenço do Sul desde o início do FZ totalizaram R\$ 2.262.000,00 na modalidade PAA Doação Simultânea. Desse montante a COOPAR comercializou 56%, a COOPESCA e a Sulecológica 22% cada uma. As três cooperativas demonstram um desempenho positivo do Programa, sendo que a COOPAR teve um aumento de 93% entre 2005 e 2010, a COOPESCA e a Sulecológica 66% e 31% respectivamente, dentro dos limites da modalidade. Desde a implantação do Programa o número de fornecedores e famílias beneficiárias manteve-se estável, somente a partir de 2011 esse cenário será alterado em virtude do aumento das famílias beneficiárias de 630 para 830, decorrente da enxurrada do dia 10 de março de 2011, quando centenas de famílias foram vitimadas, com estimativas de aumento de 30% nos próximos projetos.

Vale a pena destacar que o PNAE contribuiu para o município com a quantia de R\$ 344.000,00 desde 2009, através do repasse de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE), segundo a Secretaria Municipal de Educação (2011).

Dessa forma, os efeitos positivos demonstrados acima remetem à ação desempenhada pela sociedade civil em parceria com o município de assegurar a SAN localmente, estimulando e fortalecendo a economia agrícola local, baseada na produção diversificada da agricultura familiar, atendendo os mercados governamentais, locais e regionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, pode-se afirmar que a principal contribuição do PAA para os agricultores familiares entrevistados foi o incentivo à produção ecológica, com garantia de comercialização e de consumo. Da mesma forma pode-se dizer que os pescadores artesanais tiveram alternativas de produção, comercialização e consumo através das entidades cooperativas, minimizando a relação de dependência com a indústria pesqueira. Por outro lado, o fortalecimento de políticas públicas de combate a fome, através da distribuição de alimentos às pessoas em insegurança alimentar, proporcionou a este público uma dieta com mais qualidade, quantidade e regularidade.

A importância dos critérios de qualidade, quantidade e regularidade na oferta dos produtos da agricultura familiar, elencados no primeiro objetivo específico, remetem à intervenção do Estado no reconhecimento da agricultura familiar/pesca artesanal como categorias social e produtiva, que culminaram na implementação de políticas agrícolas diferenciadas. Por bastante tempo essa categoria produtiva teve como principal gargalo a comercialização de seus produtos, diante das regras de livres mercados, concentração de renda, agricultura convencional e indústrias de pescado com créditos subsidiados, que as deixaram à margem do processo de desenvolvimento. O estímulo governamental dado para a obtenção de produtos alimentares da agricultura familiar vem complementar, através do PAA, as políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional destinados às pessoas em situação de vulnerabilidade social e alimentar, através das entidades socioassistenciais. Dessa maneira, a agricultura familiar assume grande papel contra a erradicação do flagelo da fome e da pobreza. A importância do PAA, no atendimento a esses critérios não se limita apenas na construção de um novo mercado, mas também na produção, circulação e consumo de alimentos, promovendo ações de cidadania.

O Comitê Gestor do Fome Zero no município tem alcançado este objetivo, com exceção de imprevistos como perdas de safra causadas por doenças nas lavouras e intempéries climáticas, fatos que, na medida do possível são sanados através da articulação dos atores sociais locais que atuam nas Redes de Comercialização Solidária na região. Cada cooperativa tem formas diferentes de planejamento e organização da produção, assim, não operam somente ao PAA, mas também a outros mercados, facilitando a reposição de produtos em casos de perdas de produção. Com a redução dos estoques pesqueiros das poucas espécies existentes no Estuário da Laguna dos Patos resta a alternativa de produção em cativeiro

presente no meio rural e a proposição de políticas públicas com alternativas para a criação em cativeiro das espécies próprias do Estuário da Laguna dos Patos.

O desempenho positivo que o PAA trouxe ao município reflete diretamente nas organizações produtivas da agricultura familiar com ações locais de planejamento da produção dos agricultores familiares, diante do aumento da demanda de beneficiários consumidores. Concluindo o segundo objetivo específico, nessa perspectiva, julga-se a importância de assegurar o DHAA através de políticas públicas continuadas, monitoradas e avaliadas constantemente que apresenta estreita relação com as políticas agrícolas diferenciadas para a agricultura familiar, sendo esses os principais argumentos para a construção e consolidação da PNSAN, a redução e/ou erradicação da fome e o aumento da auto-estima do público beneficiário no município.

O terceiro objetivo específico salienta o desempenho positivo do PAA Doação no município das cooperativas reflete na vida dos agricultores/pescadores. Um incentivo a esse público que é mobilizado pela busca de alternativas produtivas, econômicas e sociais de forma sustentável ao padrão produtivista da agricultura e pesca, a que a maioria está submetida. Desta maneira, tornam-se menos dependentes das indústrias tanto a montante como a jusante da produção, por conta de políticas públicas e ações articuladas locais, na construção de alternativas sustentáveis ao fortalecimento da agricultura familiar.

Na certeza da necessidade de inserir mais produtores nesse cenário, são imprescindíveis políticas públicas que revejam a mobilidade de pessoas para o campo, diante do envelhecimento da população rural, sem deixar de ressaltar a importância da concorrência entre o PAA e PNAE, que juntos demandarão um potencial de produção além do mercado tradicional.

REFERÊNCIAS

AGORA, O Jornal do Sul. Censo aponta menor número de pescadores artesanais do que o estimado. Rio Grande. Disponível em: <<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/print.php?id=10292>>. Acesso em 31 mai. 2011.

BRASIL. *Fome Zero*. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>>. Acesso em 21 nov. 2010.

_____. Cartilha sobre o encontro da agricultura familiar com a alimentação escolar. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/publicacoes/>>. Acesso em 18 fev. 2011.

_____. SDT. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território da Cidadania Zona Sul do Estado do RS*. Pelotas. CAPA. 68p. Catálogo (CRB 10/1273). 2009.

_____. MDA. *Um Novo Brasil Rural*. 2003/10.124 p.

_____. Emenda Constitucional nº 64, de 04 de fevereiro de 2010. Altera o 6º artigo da Constituição Federal. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 2010.

_____. Decreto Federal 6.959, de 15 de setembro de 2009. Dá nova redação ao Decreto 6.447/2008, que regulamenta o art. 19 da Lei 10.696/2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2009c.

_____. Lei Federal 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2006.

_____. Lei Federal 10.779, de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2003.

BIANCHINI, V. Políticas Públicas para a Agricultura Familiar. In: CONTI, Irio Luis; PIES. M.; CECCONELLO, RENE. (orgs.). *Agricultura Familiar: caminhos e transições*. Passo Fundo (RS). IFIBE. 2006. p.236.

BONOW, Roni: O Comitê Gestor do Fome Zero. São Lourenço do Sul (RS). 2010. Entrevista concedida a Mirian Coimbra Rodrigues.

CADERNO de formação 01: uma identidade que se constrói em rede. Lapa (PR): Rede Ecovida de Agroecologia, 2007, 46 p.

CAPA. Disponível em: <<http://www.capa.org.br/site/content/capa/historia.php>>. Acesso em 15 nov. 2010.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)*. Disponível em: <http://www.CONAB.gov.br/CONABweb/agriculturaFamiliar/paa_o_que_e.html>. Acesso em 02 set. 2010.

_____. *PAANet*. Disponível em: http://www.CONAB.gov.br/CONABweb/agriculturaFamiliar/paanet_index.html. Acesso em 31 mar. 2011.

_____. *PAA – Resultados da CONAB em 2010. Companhia Nacional de Abastecimento*. Disponível em: http://www.CONAB.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/11_04_05_16_19_56_sumario_executivo_2010.pdf. Acesso em 25 abr. 2011.

CONTI, Irio Luiz. *Segurança Alimentar e Nutricional: noções básicas*. 2009. Disponível em: <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/mod/resource/view.php?inpopup=true&id=124616>. Acesso em nov. 2010.

COTRIM, Décio Souza; MIGUEL, Lovois de Andrade. *Pluriatividade: Uma noção aplicável em Pescadores Artesanais?* Disponível em: www.fee.tche.br/4-encontro-economia.../agricultura-sessao2-3.doc. Acesso em 29 mai. 2011.

COSTA, Christiane; PASQUAL, Mariana. *Participação e políticas públicas na Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil*. UFRGS. 2006.

CUNHA, Zoel Baumgarten da. Relatório de Estágio: COOPESCA. UFRGS. 2009.

D'ÁVILA, Claudia Romeiro; ROVERSI, Mariana Menezes Santanelli. Programa de Aquisição de Alimentos. In: CONTI, Irio Luis (org.). *Programa de aquisição de alimentos: uma inovação em políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional*. Passo Fundo: IFIBE. 2010. p.21

EMBRAPA. *Estudo dos solos de São Lourenço do Sul*. Circular Técnica 52. Noel Gomes da Cunha (EMBRAPA), Rui José da Costa Silveira (UFPEL) e Carlos Roberto Soares Severo (UFPEL). Pelotas. 2006. Disponível em: http://www.cpact.embrapa.br/publicacoes/download/circulares/Circular_52.pdf. Acesso em 15 set.2009.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese_municipios_classificacao_idese.php?ano=2007&letra=S&ordem=municipios. Acesso em 20 mar. 2011.

FROEHLICH, José Marcos; RAUBER, Cassiane da Costa. *Dinâmica Demográfica Rural na Região Central do Rio Grande do Sul: Êxodo Seletivo e Masculinização*. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/13/744.pdf>. Acesso em mar. 2011.

FRÓES, José Costa *et al.* Alimentando a cidadania: A força da sociedade civil junto à políticas públicas. Relato sobre a Rede de Cooperação e Comercialização Solidária. Pelotas: CAPA, 2008. 104 p.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). *Métodos de Pesquisa*. Universidade Aberta do Brasil - UAB/ÚFRGS. Porto Alegre. UFRGS, 2009. 120 p.

GIL, A.C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: ATLAS, 2007. 203 p.

GOMES, R. Educação & Carreiras. *Revolução Francesa é marco na conquista dos direitos humanos e cidadãos*. Disponível em: <<http://pe360graus.globo.com/educacao/educacao-e-carreiras/historia-geral/2009/09/11/NWS,498056,35,596,EDUCACAO,885-REVOLUCAO-FRANCESA-MARCO-CONQUISTA-DIREITOS-HUMANOS-CIDADAOS.aspx>>. Acesso em 24 mar.2011.

IBGE. *Domicílios particulares com insegurança alimentar, por tipo de insegurança alimentar e classes de rendimento domiciliar per capita, segundo as Grandes Regiões e o sexo da pessoa de referência - 2004/2009*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/seguranca_alimentar_2004_2009/pnadalimentar.pdf>. Acesso em 25 fev. 2011.

_____. *Índice de Pobreza no município de São Lourenço do Sul 2002/03*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 20 nov.2010.

MAGRI, C.A.; CONTI, Irio Luis (orgs.). *Agricultura Familiar: Alternativas em construção*. Passo Fundo (RS). IFIBE. 2008. p. 66.

MALUF, R. S. *Segurança Alimentar e Fome no Brasil -10 Anos da Cúpula Mundial da Alimentação*. Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN). Relatório Técnico n. 2. 2006. Disponível em: <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/11864/Maluf_2006_Seguranca_alimentar_e_fome_no_brasil_10_anos_1_.pdf>. Acesso em 23 nov. 2010.

MALUF, R.S.; MENEZES, F.; MARQUES, S.B. *Caderno da Segurança Alimentar*. Disponível em: <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/11864/Maluf_Menezes_2000_por_1_.pdf>. Acesso em 25 nov. 2010.

MATTEI, Lauro. *Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): Antecedentes, Concepção e Composição geral do Programa. 2007. Disponível em: <<http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/view/20/22>>. Acesso em 31 mar. 2011.*

MAZOYER M; ROUDART, L. *História das Agriculturas do Mundo: do neolítico a crise contemporânea*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

MONTEIRO, Carlos Augusto. *A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil*. 1995. Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/mod/resource/view.php?inpopup=true&id=124627>>. Acesso em nov. 2010.

MORAES, Roque. *Análise de Conteúdo*. Revista Educação, Porto Alegre, v.22, n.37, p.7-32, 1999. Disponível em: <www.letraviva.net/arquivos/tcc/5-%20Roque_Moraes.pdf>. Acesso em 22 mar. 2011.

MPA. *Período de Defeso*. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/#pesca/seguro-defeso>>. Acesso em mai. 2011.

MULLER, Ana Luiza. FIALHO, Marco Antonio Verardi; SCHNEIDER, Sergio. *A inovação Institucional e a atuação dos atores locais na implementação do programa de aquisição de alimentos no Rio Grande do Sul*. Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/>>

file.php/11864/Schneider_2007_paa.pdf>. Acesso em nov. 2010.

MULLER, Ana Luisa. *A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos*. 2007. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. UFRGS. 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/11006>>. Acesso em 01 set. 2010.

PASQUOTTO, Vinicius Frizzo; MIGUEL, Lovois de Andrade. *Pesca Artesanal e Enfoque Sistêmico: Uma atualização necessária*. VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. SBSP, Aracaju. 2004. p.12. Disponível em: <www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/443.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2011.

PIES, M. Agricultura Familiar e a Segurança Alimentar. In: CONTI, Irio Luis; PIES, M.;

CECCONELLO, RENE. (orgs.). *Agricultura Familiar: caminhos e transições*. Passo Fundo (RS). IFIBE. 2006. p.121.

RICHARDSON, R. J. *Colaboradores. Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. 3. Ed. São Paulo. Editora ATLAS. 2008. 329 p.

SANTOS, F. *Perspectivas para Soberania Alimentar Brasileira*. 2009. Disponível em: <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/11864/Santos_F._2009_PERSPECTIVA_PARA_SOBERANIA_ALIMENTAR_BRASILEIRA.pdf>. Acesso em dez. 2010.

TRIVIÑOS, A.N.S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. 17. Ed. São Paulo. ATLAS. 2008. 174 p.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1&Itemid=8>. Acesso em 05 de fev. 2011.

SOUZA, Marco Aurélio Souza de; PIT, Cassio. *Eficiência Econômica e Sustentabilidade Ecológica da Pesca Artesanal no Estado do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <www.fee.tche.br/4-encontro-economia.../agricultura-sessao3-1.doc>. Acesso em 25 mai. 2011.

TONNEAU, Jean Philippe; SABOURIN, Eric. Elementos de síntese e perspectivas, In _____. *Agricultura familiar: Interação entre políticas públicas e dinâmicas locais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

VARGAS, Clodoaldo de Freitas: O Comitê Gestor do Fome Zero. São Lourenço do Sul (RS). 2011. Entrevista concedida a Mirian Coimbra Rodrigues.

WANDERLEY, M.N.B. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. XX Encontro Anual da ANPOCS. 1996. Caxambu, MG. Anais ... , Caxambu: ANPOCS, 1996. 17p. Disponível em: <portal.mda.gov.br/899445>. Acesso em mar. 2011.

ZIMMERMANN, Silvia A. *Um programa inovador para a agricultura*. Disponível em: <<http://elusion-pedion.blogspot.com/2007/12/um-programa-inovador-para-agricultura.html>>. Acesso em 31 mai. 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Entrevista semi-estruturada – Família de agricultores beneficiários do PAA.

1. Dados do produtor (a): Nome:

Agricultor Pescador Artesanal Prod./Beneficiador

Idade:

Telefone:

Data:

Localidade da propriedade:

2. Faz parte de qual cooperativa:

COOPAR > 5 anos < 5 anos

COOPESCA > 5 anos < 5 anos

Sul Ecológica > 5 anos < 5 anos

Não Faz

3. Escolaridade

I Grau Completo I Grau Incompleto

II Grau Completo II Grau Incompleto

Superior Superior Incompleto

Não estudou

4. A área da propriedade é própria?

Sim Quantos hectares?

Não Quantas hectares?

Não se aplica

5. O que produz para o PAA- Doação?

Leite

Grãos convencional ecológica em transição

tubérculos/raízes convencional ecológica em transição

Hortifrutigranjeiros convencional ecológica em transição

Mel

sucos concentrados

peixe

6. Número de pessoas que compõem a família? _____
7. Há alguém da família que trabalha fora da propriedade? _____ Qts? _____
8. Como é a mão de obra ocupada da propriedade?
 - () familiar
 - () familiar e contratada temporária
 - () familiar e contratada permanente
9. Qual a principal fonte de renda?
 - () agricultura () Pesca
 - () Leite () Industrialização
 - () Outras Qual? _____.

Sua Participação no PAA:

1. Já estava na organização quando foi implementado o PAA?
 - () Sim () Não
2. Além do PAA, o senhor (a) é beneficiado por outro programa? Qual?
3. Comercializa sua produção em feiras livres e eventos ou outros mercados?
 - () Sim Qual? _____ () Não
4. Porque entrou no Programa PAA-Doação?
5. O preço pago pelos produtos é satisfatório?
6. Como você avalia o programa?
 - () Ótimo
 - () Bom e deve melhorar
 - () Péssimo

APÊNDICE B – Entrevista semi-estruturada – Perfil socioeconômico das famílias beneficiárias através das entidades sociais.

1. Nome da Entidade Atendida. Bairro.
2. Nome da (o) responsável entrevistada (o).
3. Quantas famílias desta comunidade são atendidas pelo PAA (Fome Zero)?
4. Qual o critério que vocês utilizam para enquadrar as famílias beneficiárias no PAA-Doação?
() Bolsa Família/Renda () Número de filhos () Filhos na escola () Outro
5. Qual é a média do número de pessoas que compõem as famílias?
6. Muitas famílias procuram a entidade para poder cadastrar-se?
7. Como são acondicionados os produtos do PAA?
8. Qual é a regularidade da entrega?
9. Os produtos ofertados atendem a demanda das famílias beneficiárias?
10. Os produtos entregues atendem a expectativa da entidade/famílias beneficiárias, no que se refere aos aspectos de qualidade: como por exemplo: produtos convencionais e ecológicos.
11. Os produtos ofertados são produzidos na região e está de acordo com a cultura alimentar desta região? A sacola é diversificada?
12. Quais são os aspectos positivos do programa?
13. E quais as suas limitações?
14. Sugestões para melhoria do programa?

APÊNDICE C – Entrevista semi-estruturada com a nutricionista do Comitê Fome Zero

1. Na sua função de nutricionista quais são suas atribuições?
2. Há quanto tempo você trabalha nesta função?
 Menos de cinco anos
 Mais de cinco anos
3. Qual o seu vínculo com a prefeitura?
 Profissional contratada
 Estagiária
 Funcionária Pública municipal
4. Como você faz o acompanhamento da entrega dos produtos agrícolas às entidades?
 Transporte Particular Transporte da Prefeitura
5. Quantas famílias são atendidas pelo PAA (Fome Zero) no município no meio rural e meio urbano?
6. Qual o critério que vocês utilizam para enquadrar as famílias beneficiárias no PAA-doação?
 Bolsa Família/Renda Número de filhos Filhos na escola Outro
7. Como são acondicionados os produtos do PAA?
8. Qual é a regularidade da entrega?
9. Os produtos ofertados atendem a demanda das famílias beneficiárias?
10. Os produtos entregues atendem a expectativa da entidade/famílias beneficiárias, no que se refere aos aspectos de qualidade: como por exemplo: produtos convencionais e ecológicos.
11. Os produtos ofertados são produzidos na região e está de acordo com a cultura alimentar desta região? A sacola é diversificada?
12. Quais são os aspectos positivos do programa?
13. E quais as suas limitações?
14. Sugestões para melhoria do programa?

APÊNDICE D – Entrevista semi-estruturada com a coordenadora de assistência social da Prefeitura.

1. Há quanto tempo você trabalha nesta função?
 Menos de cinco anos
 Mais de cinco anos

2. Qual o seu vínculo com a prefeitura?
 Profissional contratada
 Estagiária
 Funcionária Pública municipal

3. Quantas famílias são atendidas pelo PAA (Fome Zero) no município no meio rural e meio urbano?

4. Qual o critério que vocês utilizam para enquadrar as famílias beneficiárias no PAA-doação?
 Bolsa Família/Renda Número de filhos Filhos na escola Outro

5. Existe um acompanhamento da entrega dos produtos agrícolas às entidades assistenciais?
 Sim Não

6. Como está organizada a coordenadoria de Assistência Social?
7. Quais são os aspectos positivos do programa?
8. Quais foram os projetos de 2010 e para 2011?

APÊNDICE E – Entrevista com integrantes do Comitê Gestor do Fome Zero.

1. Quando foi criado e quais os atores sociais que compõem o quadro do Comitê Gestor do Fome Zero de São Lourenço do Sul?
2. Costumam reunir-se periodicamente? Quando? Normalmente o que é abordado nas reuniões?
3. Como é planejada e organizada a produção do PAA Doação Simultânea pelas cooperativas nas épocas de safras/escassez de produtos?
4. Quando ocorre abundância ou escassez de produção quais as soluções tomadas pelo comitê?
5. Para que serve e como é feito o cronograma de entrega?
6. Quais os principais entraves que o comitê enfrenta para manter a oferta frente a demanda?
7. Qual o percentual de produção que o PAA Doação representa para a COOPESCA?
8. Até hoje quais os valores repassados pela CONAB ao município do PAA Doação?
9. Os custos com o transportes, sobrecarregam as cooperativas?